Santander

Fact Sheet 2011

Santander. Acelerando o ritmo de crescimento

O início do ano de 2011 foi marcado pela organização interna e estabilização frente às integrações realizadas. Após esse período, o foco voltou-se para a expansão comercial e as **atividades foram aceleradas a partir do segundo semestre**. Ao longo do ano, a **carteira de crédito teve um crescimento de R$33.625 milhões, dos quais 67,8% foram alcançados na segunda metade de 2011**.

O foco para 2012 continua na expansão dos negócios, da base de clientes e da rede comercial. Em 2011 ampliamos a nossa rede de atendimento, com 154 novas agências em 2011, com 19,3 milhões de correntistas ativos[1] e contamos com mais de 54 mil colaboradores, sendo que foram contratados 1.832 funcionários no último trimestre de 2011.

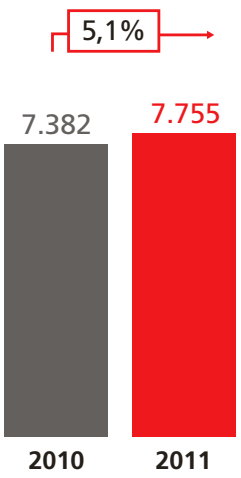
O Santander está entre os três maiores bancos privados do país em ativos totais com um Índice de Basiléia de 24,8%, segundo o critério do Banco Central que considera o valor do ágio para o cálculo, fato que demonstra grande fortaleza de balanço e solvência para fazer frente ao crescimento dos negócios.

Importante destacar que o modelo de negócios do Santander prevê que cada unidade subsidiária seja auto-suficiente em termos de funding e capital. **O Santander Brasil só tem atividades comerciais com clientes brasileiros e empresas estrangeiras com atividade no país e, com isso, se propõe a participar de maneira ativa da manutenção do crescimento econômico do país.**

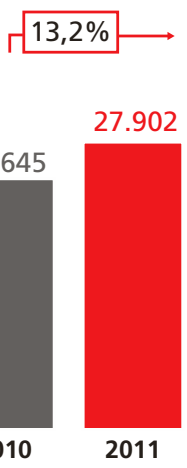
1. Quantidade de contas movimentadas e não movimentadas no período de 30 dias, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Destaques do Período (IFRS)

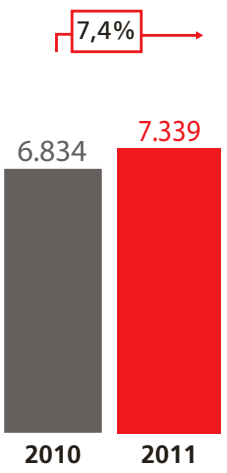
Lucro Líquido
R$ milhões



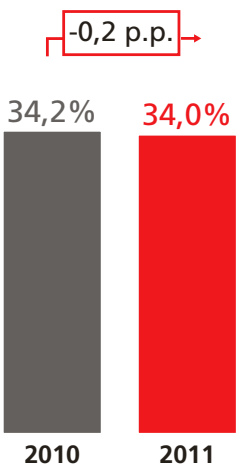
Margem Líquida com Juros
R$ milhões



Comissões Líquidas
R$ milhões



Índice de Eficiência
(%)



Performance – IFRS

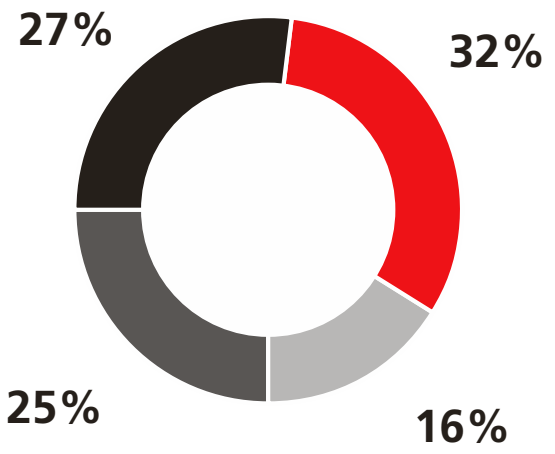
Informações Financeiras Adicionais Não Auditadas
31 de Dezembro de 2011 e de 2010

	2011	2010[1]	Var. 12M
RESULTADOS (R$ milhões)			
Margem de juros líquida	27.902	24.645	13,2%
Comissões Líquidas	7.339	6.834	7,4%
Despesas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-9.383	-8.783	6,8%
Despesas Administrativas e de Pessoal	-12.372	-11.230	10,2%
Lucro líquido	**7.755**	**7.382**	**5,1%**
BALANÇO PATRIMONIAL (R$ milhões)			
Ativo total	399.886	374.663	6,7%
Títulos e valores mobiliários	75.257	89.823	-16,2%
Carteira de crédito[1]	194.184	160.559	20,9%
Pessoa física	63.413	50.981	24,4%
Financiamento ao consumo	30.459	26.969	12,9%
Pequenas e médias empresas	47.940	38.178	25,6%
Grandes empresas	52.373	44.431	17,9%
Carteira de crédito ampliada[2]	208.862	172.174	21,3%
Captações de clientes[3]	180.508	159.882	12,9%
Patrimônio líquido final	78.032	73.364	6,4%
Patrimônio líquido médio excluindo ágio[4]	47.741	43.563	9,6%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)			
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - anualizado	10,2%	10,3%	-0,1 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio[4] - anualizado	16,2%	16,9%	-0,7 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio - anualizado	2,0%	2,2%	-0,2 p.p.
Índice de Eficiência[5]	34,0%	34,2%	-0,2 p.p.
Índice de Recorrência[6]	59,3%	60,9%	-1,5 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)			
Índice de Inadimplência[7] - IFRS	6,7%	5,8%	0,9 p.p.
Índice de Inadimplência[8] (acima de 90 dias) - BR GAAP	4,5%	3,9%	0,6 p.p.
Índice de Inadimplência[9] (acima de 60 dias) - BR GAAP	5,5%	4,7%	0,8 p.p.
Índice de Cobertura IFRS[10]	85,5%	98,3%	-12,8 p.p.
Índice de Cobertura BR GAAP	136,8%	137,1%	-0,3 p.p.

1. Informações gerenciais.
2. Inclui compra de carteira e outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissóriasde colocação no exterior).
3. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debenture, LCA e LCI e Letras Financeiras
4. Para 2010, exclui ágio apurado na aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência. Para o período de 2011 exclui o ágio apurado na aquisição do Banco Real.
5. Eficiência: Despesas Gerais/Total de Receitas .
6. Comissões líquidas / Despesas gerais.
7. (Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência) / carteira de crédito.
8. Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP.
9. Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP.
10. Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa / operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência.

Carteira de Crédito (%) 2011

Distribuição por Segmento[1]



Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade para o Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que tem se concretizado em soluções inovadoras, que criam oportunidades para que os resultados financeiros advenham, cada vez mais, de negócios que promovem um desenvolvimento mais inclusivo e ambientalmente responsável. Isso significa uma busca constante para a evolução de produtos e serviços, práticas de gestão, políticas, processos e relacionamentos. E para contribuir com o movimento da sociedade nesta direção, compartilhamos o que já aprendemos por meio do Espaço de Práticas em Sustentabilidade.

Para mais informações acesse:
http://www.santander.com.br/sustentabilidade

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011

• Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. Estas demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre estas demonstrações e as demonstrações financeiras de acordo com os padrões contábeis internacionais está apresentada na nota explicativa 35.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

• Conjuntura Econômica

Ao longo do segundo semestre de 2011 a economia brasileira registrou sinais de moderação da atividade econômica. O PIB do terceiro trimestre, divulgado em dezembro, desacelerou o ritmo de crescimento, passando de 3,3% no 2T11 (2T11 vs. 2T10) para 2,1% (3T11 vs. 3T10), o que reflete a combinação de demanda global menos aquecida e efeitos defasados do aperto monetário realizado entre abril de 2010 e meados de 2011. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou fraco dinamismo ao longo de 2011. A demanda doméstica também perdeu o dinamismo, mas continua mais forte do que a atividade industrial, sustentada pelos ganhos contínuos no emprego e na renda.

A Inflação tem diminuído como consequência da desaceleração econômica, mas continua a ser ponto de atenção. A inflação ao consumidor acumulada em 12 meses (IPCA) retrocedeu do pico atingido no terceiro trimestre e fechou o ano em 6,5% em linha com o teto da meta de inflação (4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais em torno desse valor). Os preços de serviços de 2011 foram o principal determinante para esse resultado, com aumento de 9%, principalmente por custos crescentes de mão de obra. Os preços no atacado, por outro lado, apresentaram alta mais suave, influenciados pela queda nos preços das commodities internacionais.

A deterioração do cenário internacional combinada com declínio relativo da inflação e os riscos que ela impõe à economia doméstica refletiram nas medidas monetárias do Bacen numa postura de afrouxamento monetário: a meta da taxa *overnight* (Selic) foi reduzida para 11% a.a. em dezembro, e algumas das medidas macroprudenciais adotadas em 2010 foram parcialmente revertidas, como uma forma de estimular a expansão do crédito. O estoque de crédito fornecido pelo sistema financeiro ultrapassou R$2 trilhões até o final de 2011 (49,1% do PIB), representando um crescimento de 19% em 12 meses. A expansão do crédito imobiliário (44,5% em 12 meses) continua a superar as demais modalidades. A inadimplência aumentou para 5,5% em dezembro, frente aos 5,3% no final do terceiro trimestre.

Mesmo com o cenário externo desfavorável, o Brasil registrou um superávit comercial de US$29,8 bilhões em 2011, quase 50% acima do superávit de US$20,3 bilhões registrado em 2010. Apesar do declínio visto no segundo semestre, os preços das commodities ainda estavam em média mais altos, do que no ano anterior, e responderam por boa parte do crescimento de 27% nas exportações. As importações avançaram 25%, refletindo a expansão da demanda doméstica. As despesas líquidas com serviços e rendas se elevaram no quarto trimestre, quando comparadas com os níveis observados no mesmo período de 2010. Como resultado, o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses se ampliou nos últimos meses do ano, fechando 2011 aos US$51,9 bilhões (2,1% do PIB).

O investimento estrangeiro direto manteve-se forte nos últimos meses de 2011, apesar da crise, e totalizou US$66,7 bilhões em 2011 - mais do que compensando o déficit em conta corrente. A turbulência nos mercados internacionais parece ter afetado parcialmente outras fontes de financiamento externo - como o investimento em carteira e algumas modalidades de empréstimos externos -, mas em geral o acesso ao crédito internacional continua suficiente para financiar as necessidades externas do Brasil. As reservas internacionais terminaram 2011 a US$352 bilhões, constituindo um colchão confortável contra a crise internacional. No entanto, a deterioração do cenário externo tem mantido o real sob alguma pressão. A taxa de câmbio encerrou o ano, cotada a R$1,88/US$.

Elevadas receitas fiscais e um controle mais apurado das despesas permitiram ao setor público acumular um superávit primário de 3,3% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2011 - acima da meta de 3% do PIB para o ano. Considerando o pagamento de juros sobre a dívida pública, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 2,4% do PIB no mesmo período. O esforço fiscal, combinado com as taxas de juros mais baixas e os efeitos do enfraquecimento da moeda (dado que o setor público é atualmente um credor líquido em moeda estrangeira), levou a dívida líquida do setor público para 36,6% do PIB no final de novembro (em novembro de 2010 foi 38,8%), uma queda de 2,2% em 12 meses. A boa performance das contas fiscais reforça a visão positiva sobre a economia brasileira, que tem sido capaz de suportar a turbulência da crise internacional sem riscos substanciais de problemas fiscais ou de balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que preservou o crescimento econômico, a um ritmo um pouco mais leve.

Desempenho

1. Resultados

O Banco Santander apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 um lucro líquido consolidado de R$3.557 milhões, comparado com R$3.863 milhões no exercício de 2010, incluindo a despesa de amortização de ágio de R$3.104 milhões e R$3.241 milhões, nos respectivos exercícios.

Em outubro de 2011 ocorreu o fechamento da operação de venda da Santander Seguros S.A. (Santander Seguros). O lucro reconhecido nesta operação foi de R$649 milhões, registrado na linha de resultado não operacional - resultado de investimentos.

Ainda no quarto trimestre de 2011, foi registrada despesa de R$649 milhões referente à constituição de provisão para processos judiciais, reforçando o balanço do Banco.

O resultado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil apresentou crescimento de 39% em 2011 na comparação com 2010.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R$9.458 milhões e R$7.225 milhões no exercício de 2010, na comparação interanual, a despesa cresceu 30,9%. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representam 6,1% da carteira de crédito em dezembro de 2011, comparado a 5,3% em dezembro de 2010.

As despesas administrativas excluindo os efeitos da amortização do ágio cresceram 10,2% em 2011 na comparação com 2010, sendo que as despesas de pessoal cresceram 9,3% e as outras despesas administrativas aumentaram 10,7% ambas na comparação interanual.

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R$423.726 milhões em 31 de dezembro de 2011, que comparados a R$387.212 milhões em dezembro de 2010, apresentam um crescimento de 9,4%.

Em dezembro de 2011, os ativos totais estão representados, principalmente, por: R$197.062 milhões de carteira de crédito, R$74.616 milhões de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente títulos públicos federais, e R$25.485 milhões de aplicações interfinanceiras de liquidez, e em dezembro de 2010 correspondiam a R$165.379 milhões, R$89.897 milhões e R$21.058 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco Santander possui o montante de R$965 milhões de títulos classificados como "mantidos até o vencimento" e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Carteira de Crédito

Em milhões de reais	Santander Consolidado		Var. % Dez-11 vs.
	Dez/11	Dez/10	Dez-10
Pessoa Jurídica	**99.684**	**84.199**	**18,4%**
Pessoa Física	**92.976**	**76.294**	**21,9%**
Crédito Consignado	12.248	9.600	27,6%
Cartão de Crédito	14.144	10.760	31,5%
Crédito Imobiliário	9.331	6.698	39,3%
Financiamento e Leasing de Veículo	30.637	26.149	17,2%
Crédito Pessoal/Outros	26.616	23.087	15,3%
Crédito Rural	**4.401**	**4.886**	**- 9,9%**
Total	**197.061**	**165.379**	**19,2%**

Em 31 de dezembro de 2011 a carteira de crédito atingiu R$197.062 milhões, apresentando um crescimento de 19,2% comparado com 31 de dezembro de 2010.

Na evolução do exercício de 2011, destaque para as operações de crédito imobiliário, cartão de crédito e crédito consignado com crescimentos de 39,3%, 31,5% e 27,6%, respectivamente.

A representatividade da carteira classificada nos níveis de rating D-H aumentou de 7,4% em dezembro de 2010 para 8,9% em dezembro de 2011, devido à deterioração do crédito ao consumo e a evolução do período da carteira.

Depósitos

Em milhões de reais	Santander Consolidado		Var. % Dez-11 vs.
	Dez/11	Dez/10	Dez-10
Depósitos à Vista	13.537	16.260	-16,7%
Depósitos de Poupança	23.293	30.303	-23,1%
Depósitos Interfinanceiros	2.870	2.002	43,4%
Depósitos a Prazo	82.097	68.914	19,1%
Total	**121.797**	**117.479**	**3,7%**

A captação de depósitos alcançou R$121.798 milhões em 31 de dezembro de 2011, uma evolução de 3,7%, comparado com dezembro de 2010. Destaque para o crescimento interanual de 19,1% nos depósitos a prazo.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R$65.579 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$64.851 milhões em dezembro de 2010.

A evolução do patrimônio líquido é decorrente do resultado do exercício, e do ajuste positivo de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R$458 milhões, reduzido parcialmente pela proposta de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$3.175 milhões.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2011, foi deliberado o cancelamento do Programa de Recompra de Units, em vigor naquela data e aprovado um novo Programa de Recompra de Units de emissão do Banco, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, válido até 24 de agosto de 2012.

O novo Programa de Recompra tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e (2) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que os Certificados de Depósito de Ações (Units) estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas será utilizada pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 57.006.302 Units, representativas de 3.135.346.633 ações ordinárias e 2.850.315.121 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman.

Até 31 de dezembro de 2011, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 5.380.800 Units, no montante de R$79 milhões. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit é, respectivamente, R$14,10, R$14,78 e R$16,06. Foram também adquiridas e permaneciam em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante de R$33 milhões. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR é US$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2011 era de R$14,96 por Unit e US$8,14 por ADR.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

		2011		
		Reais por Milhões de Ações/Units		
	Em Milhões de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio em março de 2011	600	1,4366	1,5802	158,0216
Dividendos Intermediários em maio de 2011	274	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares em maio de 2011	476	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio em junho de 2011	550	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares em junho de 2011	100	0,2394	0,2634	26,3369
Juros sobre o Capital Próprio em setembro de 2011	400	0,9592	1,0551	105,5127
Dividendos Intercalares em dezembro de 2011	775	1,8590	2,0449	204,4944
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2011	**3.175**			

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basiléia II e considera: (a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado - parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basiléia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 19,9% desconsiderando o ágio no patrimônio líquido de referência, conforme determinado pela regra internacional.

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

• Eventos Recentes

Venda da Santander Seguros

Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação") da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral Santander Seguros para (i) Zurich Santander Insurance America, S.L., sociedade holding com sede na Espanha (Zurich Santander) detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha), e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Banco Santander à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R$2.741 milhões.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Banco Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Banco Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco distribuirá exclusivamente os produtos de seguros nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada. A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros. A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da SUSEP.

Aditamento ao Form F-3 e vendas pelo Grupo Santander Espanha

No dia 14 de novembro de 2011, o Banco Santander protocolou pedido de registro de um aditamento número 2 ao Registration Statement no Formulário F-3, o qual tem validade automática, junto à Securities and Exchange Commission (SEC), para permitir a venda de ADS's ou Units do Banco Santander por empresas do Grupo Santander ou o próprio Banco Santander. Adicionalmente, nos termos de prospecto suplementar arquivado no dia 16 de novembro de 2011, qualquer um dos acionistas do Banco Santander Espanha, Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES), e Banco Madesant - Sociedade Unipessoal S.A. (uma empresa afiliada do grupo) poderá oferecer para venda, periodicamente, até 310.832.288 ADS's ou Units do Banco Santander. O propósito de ditos documentos é ter disponível para venda, em uma base registrada, pelo Banco Santander e certas companhias pertencentes ao Grupo Santander, aproximadamente 8% do capital social do Banco Santander. Conforme informado pelo Banco Santander Espanha, é intenção do Grupo Santander Espanha que o registro seja utilizado para: (i) permitir maior flexibilidade ao Grupo Santander Espanha com relação ao cumprimento de seu compromisso de entregar aproximadamente 5% de sua participação no Banco Santander nos termos dos títulos permutáveis emitidos; e (ii) cumprir o compromisso do Banco Santander Espanha de atingir um free float de 25% no Banco Santander antes de outubro de 2012 (ou, sujeito a um acordo com a BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), antes de outubro de 2014), quando as condições de mercado estiverem apropriadas. Nenhum registro perante a CVM de oferta pública de valores mobiliários no Brasil foi solicitado.

Em 9 de janeiro de 2012 o GES transferiu ao Banco Santander Espanha ADRs representativos de aproximadamente 5,18% do capital social do Banco Santander, em uma reorganização interna no Grupo Santander, para a transferência de aproximadamente 4,41% do capital social do Banco Santander para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Banco Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos. A emissão desses títulos permutáveis pelo Banco Santander Espanha foi objeto de Fato Relevante datado de 29 de outubro de 2010. Como resultado dessas transferências o Banco Santander Espanha, direta ou indiretamente, passará a deter 78,14% do capital votante e 76,97% do capital total do Banco Santander, e o free float passará a ser de 22,75% do capital total.

• Estratégia

No primeiro semestre de 2011 o Banco Santander manteve foco na finalização do processo de integração. Já no segundo semestre, com a integração concluída, o Banco Santander deu início a execução do plano estratégico, que abrange o período de 2011-2013.

Os detalhes deste plano foram compartilhados com o mercado em Setembro de 2011, quando o Banco Santander participou em Londres do Investor Day realizado pelo Grupo Santander. Os principais pontos apresentados para o mercado foram:

- Melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura. A meta para a abertura de agências para o triênio, será de 100 a 120 agências por ano;
- Intensificar o relacionamento com todos os segmentos de clientes;
- Aumentar os negócios nos principais segmentos para o Banco, como PMEs, cartões emissor, negócio adquirente, crédito imobiliário e financiamento de veículos;
- Aproveitar todas as oportunidades de ofertar produtos e serviços entre os diferentes segmentos;
- Continuar construindo e fortalecendo a marca Santander no Brasil, passando a figurar no TOP 3 de marcas financeiras privadas;
- Manter a prudência na gestão dos riscos.

O Banco Santander anunciou ainda, que para os anos de 2012 e 2013, espera aumentar a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) o lucro líquido em torno de 15%, as receitas em 14%-16%, as despesas (incluindo amortização) em 11%-13% e a carteira de crédito total em 15%-17%, com base no padrão contábil internacional.

Além disso, houve o lançamento do plano "Rio 2 mil e sempre" que tem por objetivo aumentar significativamente a presença do Banco no Estado do Rio de Janeiro.

Estas ações refletem que, com o fim da integração, o Banco Santander está melhor estruturado para desenvolver o seu negócio e conta com equipes capacitadas, oferta competitiva e estratégia de comunicação forte. O Banco Santander mantém o foco em tornar-se o melhor e mais eficiente banco no país na geração de valor para os acionistas, satisfação para clientes e funcionários e atratividade da marca. Por isso, busca constantemente ser um banco cada vez mais simples, seguro, eficiente, rentável e de qualidade.

Posicionado como um Banco global, com foco no varejo, o Banco Santander compartilha das melhores práticas globais, diferenciando assim, o seu modelo de negócio. A eficiência na gestão de custos, a forte base de capital e a gestão conservadora de risco de liquidez traduzem esse diferencial que, em resumo, está orientado sobre 5 principais eixos: 1) Orientação ao cliente; 2) Franquia global; 3) Eficiência de custo; 4) Gestão prudente de risco; e 5) Balanço patrimonial sólido.

Ao longo do quarto trimestre, o Banco Santander deu início a diversas ações, visando à melhoria no atendimento e satisfação dos clientes. Dentre as ações destacam-se melhorias visando maior simplicidade e agilidade de sistemas e processos como: unificação dos processos de atendimento no Call Center, atendimento telefônico mais eficiente e troca de mais de 1.300 caixas eletrônicos (ATM's).

O Banco Santander também passou a oferecer para os clientes Van Gogh, um conjunto de novos benefícios, com o intuito de apoiá-los nos serviços imobiliários durante e após a compra do imóvel, com assessoria e condições diferenciadas.

• Principais Controladas

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 31 de dezembro de 2011, R$52.840 milhões em ativos totais, R$6.337 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos e R$9.999 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício de 2011 foi de R$970 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré C.F.I.) atingiu em 31 de dezembro de 2011, R$37.292 milhões em ativos totais, R$24.439 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R$1.222 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício de 2011 foi de R$347 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) atingiu, em 31 de dezembro de 2011, R$641 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R$253 milhões. O lucro líquido do exercício de 2011 foi de R$60 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 31 de dezembro de 2011, ativos totais no valor de R$274 milhões. O patrimônio líquido atingiu R$188 milhões e o lucro líquido do exercício de 2011 foi de R$74 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão atingiu R$113.022 milhões.

• Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração.

No quarto trimestre de 2011, o Banco Santander teve sua classificação de rating elevada: a Standard & Poors, uma das principais agências classificadoras de risco de crédito, elevou a nota do Banco, de BBB- para BBB, reforçando a forte posição de negócios e capital, rentabilidade e posição de risco adequados.

Agência Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	A - (estável)	F1	BBB+ (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (estável)	A-3	BBB (estável)	A-3	brAAA (estável)	brA-1
	Depósito Moeda Local		Depósito Moeda Estrangeira		Nacional	
Moody's (perspectiva)	A2 (estável)	Prime-1	Baa2 (positiva)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas agências de Rating: Fitch Ratings (07 de abril de 2011); Standard & Poor's (29 de novembro de 2011) e Moody's (20 de junho de 2011).

• Governança Corporativa

No dia 25 de outubro de 2011 o Banco Santander realizou a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na qual foi deliberada a condução do Sr. Celso Clemente Giacometti ao cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Ainda no dia 25 de outubro de 2011, foi aprovada na AGE a outorga de Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

Em novembro de 2011, o Relatório Anual de 2010 do Banco Santander foi o vencedor do 13º Prêmio ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) na Categoria 1 que abrange as companhias abertas com receita líquida igual ou acima de R$2 bilhões. A ABRASCA é a principal entidade do País que avalia e incentiva o aprimoramento das empresas na elaboração de relatórios anuais, em aspectos como clareza, transparência, qualidade de informações e caráter inovador, tanto em conteúdo quanto em projeto gráfico.

Na reunião do dia 23 de novembro de 2011, o Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a alteração das Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Banco Santander a fim de atualizá-las em relação à legislação vigente e às práticas adotadas pelo Banco Santander.

Em AGE, realizada em 16 de dezembro de 2011, os acionistas do Banco Santander aprovaram a proposta do Conselho de Administração para a alteração do Estatuto Social a fim de adequá-lo ao novo Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, o qual está em vigor desde maio de 2011.

Em 21 de dezembro, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável dos administradores determinados funcionários, o qual será objeto de deliberação da AGE do dia 7 de fevereiro de 2012. Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida, aos seus administradores e outros colaboradores, levando em conta as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

Nesta mesma reunião, o Conselho de Administração aprovou a alteração do Regimento Interno do Comitê de Governança Corporativa, Ética e Sustentabilidade, que passou a vigorar a partir desta data sob a seguinte denominação: Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade. A alteração da denominação do Comitê ocorreu em razão da exclusão de matérias relacionadas à Ética de sua competência, que será objeto de discussão em outro fórum, e dando ênfase às competências referentes a Governança Corporativa e Sustentabilidade.

• Gestão de Riscos

1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pela Comissão Executiva e pelo Grupo Santander Espanha;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;
- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Grupo Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos;
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o Comitê de Gerenciamento. O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

A função de riscos de crédito é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupado por semelhança.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC, VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

5. Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco para o segmento de Atacado é realizado através de sistema de gestão dos clientes que possuem limites de crédito em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química que monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e um time de analistas financeiros estuda o potencial de danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A atividade de análise foca em preservar o capital e reputação no mercado, através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica.

6. Riscos Operacionais, Controles Internos e Lei Sarbanes-Oxley

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a Vice-Presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão adequada a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e de gestão da continuidade de negócios, além do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações dos órgãos reguladores, Novo Acordo da Basiléia - BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Segue também as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management - Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria continua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2010 nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2011 e não identificou qualquer incidência considerada material. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o processo de certificação se encerrará em fevereiro de 2012.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br\ri.

• Pessoas

Para o Banco Santander ser o melhor e mais eficiente Banco do país, seus funcionários prec

...Continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Ativo Circulante		**245.996.451**	**195.243.147**
Disponibilidades	4	**4.458.365**	**4.375.077**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**47.442.765**	**31.655.506**
Aplicações no Mercado Aberto		18.966.086	13.229.837
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		25.524.342	14.147.122
Aplicações em Moedas Estrangeiras		2.952.337	4.278.547
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**36.552.965**	**26.158.635**
Carteira Própria		12.631.582	13.563.844
Vinculados a Compromissos de Recompra		20.968.002	9.642.805
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.681.081	1.808.719
Vinculados ao Banco Central		361.714	777.707
Vinculados à Prestação de Garantias		910.586	365.560
Relações Interfinanceiras	7	**44.814.618**	**38.998.435**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2.445	8.395
Créditos Vinculados:		44.784.846	38.969.050
Depósitos no Banco Central		44.784.542	38.966.991
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		304	2.059
Correspondentes		27.327	20.990
Relações Interdependências		**856**	**1.751**
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	1.751
Transferências Internas de Recursos		856	-
Operações de Crédito	8	**56.501.363**	**56.639.642**
Setor Público		50.992	73.472
Setor Privado		57.901.637	57.880.579
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1.451.266)	(1.314.409)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	**100.055**	**159.530**
Setor Privado		106.344	175.067
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(6.289)	(15.537)
Outros Créditos		**55.725.216**	**36.905.962**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		-	1.264
Carteira de Câmbio	9	34.851.804	20.055.172
Rendas a Receber		428.318	832.179
Negociação e Intermediação de Valores	10	694.563	645.952
Créditos Tributários	11	5.980.796	4.925.931
Diversos	12	13.865.062	10.558.752
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(95.327)	(113.288)
Outros Valores e Bens		**400.248**	**348.609**
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda		103.104	-
Outros Valores e Bens		97.592	108.495
(Provisões para Desvalorizações)		(87.435)	(98.811)
Despesas Antecipadas		286.987	338.925
Ativo Realizável a Longo Prazo		**179.254.338**	**155.227.016**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**14.219.658**	**9.703.277**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		13.848.311	9.373.447
Aplicações em Moedas Estrangeiras		371.547	330.030
(Provisões para Perdas)		(200)	(200)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**68.593.921**	**70.025.053**
Carteira Própria		11.569.804	7.195.826
Vinculados a Compromissos de Recompra		43.790.339	48.079.904
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.567.924	3.208.409
Vinculados ao Banco Central		1.859.544	6.481.649
Moedas de Privatização		2.145	1.943
Vinculados à Prestação de Garantias		8.804.165	5.057.322
Relações Interfinanceiras	7	**198.439**	**185.069**
Créditos Vinculados:		198.439	185.069
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		198.439	185.069
Operações de Crédito	8	**79.499.007**	**60.650.568**
Setor Público		129.644	144.225
Setor Privado		88.127.428	66.443.788
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(8.758.065)	(5.937.445)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	**59.880**	**173.546**
Setor Privado		67.633	206.465
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(7.753)	(32.919)
Outros Créditos		**16.582.092**	**14.461.069**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.823	8.854
Carteira de Câmbio	9	293.913	134.569
Rendas a Receber		55.466	56.785
Créditos Tributários	11	6.580.968	6.404.427
Diversos	12	9.994.016	8.083.732
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(344.094)	(227.298)
Outros Valores e Bens		**101.341**	**28.434**
Investimentos Temporários		8.061	8.061
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)
Despesas Antecipadas		95.045	22.138
Permanente		**39.974.328**	**45.901.696**
Investimentos		**15.209.932**	**19.068.672**
Participações em Coligadas e Controladas:	14	15.166.376	19.022.918
No País		15.166.376	18.931.334
No Exterior		-	91.584
Outros Investimentos		75.407	86.763
(Provisões para Perdas)		(31.851)	(41.009)
Imobilizado de Uso	15	**4.902.891**	**4.406.494**
Imóveis de Uso		2.137.681	2.140.716
Outras Imobilizações de Uso		6.601.722	5.577.194
(Depreciações Acumuladas)		(3.836.512)	(3.311.416)
Intangível	16	**19.861.505**	**22.426.530**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.868.346	26.810.539
Outros Ativos Intangíveis		6.111.869	5.562.684
(Amortizações Acumuladas)		(13.118.710)	(9.946.693)
Total do Ativo		**465.225.117**	**396.371.859**

	Nota	2011	2010
Passivo Circulante		**271.290.416**	**220.371.078**
Depósitos	17.a	**113.464.541**	**100.474.701**
Depósitos à Vista		13.684.773	16.540.171
Depósitos de Poupança		23.293.434	30.303.463
Depósitos Interfinanceiros		42.653.353	28.203.487
Depósitos a Prazo		33.832.981	25.427.580
Captações no Mercado Aberto	17.b	**59.231.381**	**52.982.982**
Carteira Própria		42.894.806	42.331.029
Carteira de Terceiros		8.424.898	4.064.067
Carteira de Livre Movimentação		7.911.677	6.587.886
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	**17.426.772**	**8.655.929**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		17.027.739	8.387.450
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		399.033	268.479
Relações Interfinanceiras	7	**8.467**	**9.253**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3	2.180
Correspondentes		8.464	7.073
Relações Interdependências		**2.012.600**	**2.373.409**
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.004.753	2.292.924
Transferências Internas de Recursos		7.847	80.485
Obrigações por Empréstimos	17.e	**13.161.053**	**11.327.455**
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	290.665
Empréstimos no Exterior		13.161.053	11.036.790
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	**4.189.752**	**3.030.168**
Tesouro Nacional		21.188	80.638
BNDES		1.899.635	928.818
CEF		33.660	10.335
FINAME		2.099.952	1.915.308
Outras Instituições		135.317	95.069
Obrigações por Repasses do Exterior	17.e	**914.798**	**259.104**
Repasses do Exterior		914.798	259.104
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**2.138.328**	**1.228.835**
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.138.328	1.228.835
Outras Obrigações		**58.742.724**	**40.029.242**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		122.575	120.822
Carteira de Câmbio	9	32.393.881	18.138.328
Sociais e Estatutárias		1.509.752	2.457.072
Fiscais e Previdenciárias	18	7.306.192	6.100.124
Negociação e Intermediação de Valores	10	694.242	247.484
Diversas	20	16.716.082	12.965.412
Passivo Exigível a Longo Prazo		**128.113.710**	**110.945.646**
Depósitos	17.a	**55.913.362**	**52.044.649**
Depósitos Interfinanceiros		7.743.600	8.634.770
Depósitos a Prazo		48.169.762	43.409.879
Captações no Mercado Aberto	17.b	**21.664.735**	**15.131.866**
Carteira Própria		21.664.735	15.131.866
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	**21.087.243**	**11.142.045**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		12.789.632	6.770.877
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		8.297.611	4.371.168
Obrigações por Empréstimos	17.e	**1.660.631**	**2.201.219**
Empréstimos no Exterior		1.660.631	2.201.219
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	**6.031.862**	**8.811.543**
Tesouro Nacional		-	1.254
BNDES		3.542.793	5.301.000
CEF		1.316	1.528
FINAME		2.478.974	3.459.206
Outras Instituições		8.779	48.555
Obrigações por Repasses do Exterior	17.e	**161.827**	**812.754**
Repasses do Exterior		161.827	812.754
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**2.544.524**	**3.522.498**
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.544.524	3.522.498
Outras Obrigações		**19.049.526**	**17.279.072**
Carteira de Câmbio	9	399.973	86.417
Fiscais e Previdenciárias	18	3.010.670	3.004.374
Negociação e Intermediação de Valores	10	28	22
Dívidas Subordinadas	19	10.908.344	9.695.105
Diversas	20	4.730.511	4.493.154
Resultados de Exercícios Futuros		**207.291**	**178.150**
Resultados de Exercícios Futuros		207.291	178.150
Patrimônio Líquido	22	**65.613.700**	**64.876.985**
Capital Social:		62.828.201	62.828.201
De Domiciliados no País		6.251.291	6.251.291
De Domiciliados no Exterior		56.576.910	56.576.910
Reservas de Capital		529.149	529.136
Reservas de Lucros		1.631.897	1.236.150
Ajustes de Avaliação Patrimonial		737.221	283.498
(-) Ações em Tesouraria		(112.768)	-
Total do Passivo		**465.225.117**	**396.371.859**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial – Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial – Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		**62.806.071**	**726.566**	**769.476**	**149.991**	**83.034**	**(7.692)**	**-**	**-**	**64.527.446**
Ajustes de Exercícios Anteriores:										
Efeitos da Mudança de Critério Contábil	22.e	-	(175.300)	-	-	-	-	-	-	(175.300)
Aumento de Capital	22.a	22.130	(22.130)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	197.901	10.255	-	-	208.156
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	3.856.683	-	3.856.683
Destinações:										
Reserva Legal		-	-	192.834	-	-	-	(192.834)	-	-
Dividendos	22.b	-	-	-	-	-	-	(1.780.000)	-	(1.780.000)
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(1.760.000)	-	(1.760.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	22.c	-	-	-	123.849	-	-	(123.849)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		**62.828.201**	**529.136**	**962.310**	**273.840**	**280.935**	**2.563**	**-**	**-**	**64.876.985**
Aquisições de Ações Próprias	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(112.768)	(112.768)
Resultado Ações em Tesouraria	22.d	-	13	-	-	-	-	-	-	13
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	438.177	15.546	-	-	453.723
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	22.b	-	-	-	(273.840)	-	-	-	-	(273.840)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	3.570.747	-	3.570.747
Destinações:										
Reserva Legal		-	-	178.537	-	-	-	(178.537)	-	-
Dividendos	22.b	-	-	-	-	-	-	(1.351.160)	-	(1.351.160)
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(1.550.000)	-	(1.550.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	22.c	-	-	-	491.050	-	-	(491.050)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		**62.828.201**	**529.149**	**1.140.847**	**491.050**	**719.112**	**18.109**	**-**	**(112.768)**	**65.613.700**
Saldos em 30 de Junho de 2011		**62.828.201**	**529.136**	**1.053.187**	**500**	**223.878**	**64.849**	**-**	**-**	**64.699.751**
Aquisições de Ações Próprias	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(112.768)	(112.768)
Resultado Ações em Tesouraria	22.d	-	13	-	-	-	-	-	-	13
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	495.234	(46.740)	-	-	448.494
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	1.753.210	-	1.753.210
Destinações:										
Reserva Legal		-	-	87.660	-	-	-	(87.660)	-	-
Dividendos	22.b	-	-	-	-	-	-	(775.000)	-	(775.000)
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(400.000)	-	(400.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	22.c	-	-	-	490.550	-	-	(490.550)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		**62.828.201**	**529.149**	**1.140.847**	**491.050**	**719.112**	**18.109**	**-**	**(112.768)**	**65.613.700**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Segundo Semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Receitas da Intermediação Financeira		**30.859.214**	**55.788.210**	**39.698.085**
Operações de Crédito		20.166.569	33.820.355	24.037.790
Operações de Arrendamento Mercantil		15.187	36.369	23.948
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	9.874.717	17.729.508	12.387.485
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.797.016)	(607.075)	471.787
Resultado de Operações com Câmbio		425.302	778.886	1.012.116
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.174.455	4.030.167	1.764.959
Despesas da Intermediação Financeira		**(24.870.137)**	**(41.881.297)**	**(25.711.572)**
Operações de Captação no Mercado	17.d	(16.735.537)	(29.128.587)	(17.563.408)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.090.915)	(2.775.981)	(498.607)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.043.685)	(9.976.729)	(7.649.557)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**5.989.077**	**13.906.913**	**13.986.513**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(6.312.388)**	**(11.752.295)**	**(9.374.896)**
Receitas de Prestação de Serviços	25	2.838.651	5.917.138	5.118.165
Rendas de Tarifas Bancárias	25	1.187.228	2.086.410	1.769.354
Despesas de Pessoal	26	(2.699.161)	(5.233.401)	(4.784.514)
Outras Despesas Administrativas	27	(5.375.512)	(10.456.704)	(9.739.410)
Despesas Tributárias	28	(1.125.124)	(2.376.266)	(2.084.281)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	673.232	1.483.507	1.814.127
Outras Receitas Operacionais	29	1.377.093	2.247.864	1.671.698
Outras Despesas Operacionais	30	(3.188.795)	(5.420.843)	(3.140.035)
Resultado Operacional		**(323.311)**	**2.154.618**	**4.611.617**
Resultado não Operacional	31	**776.646**	**852.731**	**400.899**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**453.335**	**3.007.349**	**5.012.516**
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	**1.880.740**	**1.731.748**	**(82.652)**
Provisão para Imposto de Renda		413.045	(135)	(207.113)
Provisão para Contribuição Social		293.563	12.085	(177.323)
Ativo Fiscal Diferido		1.174.132	1.719.798	301.784
Participações no Lucro		**(580.865)**	**(1.168.350)**	**(1.073.181)**
Lucro Líquido		**1.753.210**	**3.570.747**	**3.856.683**
Nº de Ações (Mil)	22.a	399.044.117	399.044.117	399.044.117
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		4,39	8,95	9,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Segundo Semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**1.753.210**	**3.570.747**	**3.856.683**
Ajustes ao Lucro Líquido		**6.998.258**	**14.753.600**	**12.227.911**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.043.685	9.976.729	7.649.557
Provisão para Passivos Contingentes		2.185.206	4.231.317	2.707.464
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.115.287)	(1.650.547)	(105.421)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(673.232)	(1.483.507)	(1.814.127)
Depreciações e Amortizações	27	2.246.194	4.423.590	4.203.274
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	31	(10.293)	(11.538)	(23.620)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	31	(120)	(5.435)	(176.005)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	30	3.319	4.744	(3.213)
Resultado de Investimentos	31	(655.137)	(711.015)	(177.804)
Outros		(26.077)	(20.738)	(32.194)
Variações em Ativos e Passivos		**(10.314.743)**	**(33.642.192)**	**(27.213.321)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(13.899.022)	(19.983.245)	(3.362.532)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		7.468.646	(8.263.623)	(8.039.564)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(16.806.442)	(28.509.981)	(27.096.677)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(3.117.289)	(5.817.551)	(30.428.389)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(12.422.843)	(20.909.983)	8.227.841
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(73.345)	(20.969)	(1.520)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		646.763	(372.702)	559.122
Aumento (Redução) em Depósitos		11.887.856	16.858.553	5.595.011
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		3.497.023	12.781.268	33.193.377
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		489.648	(322.320)	5.239.241
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		12.010.255	21.637.588	(10.832.658)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		13.943	29.141	32.594
Imposto Pago		(9.936)	(748.368)	(299.167)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(1.563.275)**	**(15.317.845)**	**(11.128.727)**
Atividades de Investimento				
Aquisição de Investimentos		(14.711)	(19.768)	(63.562)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(676.384)	(1.075.419)	(1.318.357)
Aplicações no Intangível		(899.335)	(1.307.042)	(1.051.152)
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		3.137.850	3.312.893	312.185
Alienação de Bens não de Uso Próprio		30.895	44.720	324.240
Alienação de Imobilizado de Uso		11.678	27.811	13.627
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		574.111	3.960.848	494.764
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**2.164.104**	**4.944.043**	**(1.288.255)**
Atividades de Financiamento				
Aquisição de Ações de Emissão Própria	22.d	(112.768)	(112.768)	-
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		-	-	(2.534.750)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		11.474.194	29.420.502	21.402.252
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(8.611.635)	(14.604.118)	(12.828.957)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.831.320)	(3.926.131)	(2.630.294)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**918.471**	**10.777.485**	**3.408.251**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.519.300**	**403.683**	**(9.008.731)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	**8.383.796**	**9.499.413**	**18.508.144**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	**9.903.096**	**9.903.096**	**9.499.413**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011		2010	
Receitas da Intermediação Financeira		55.788.210		39.698.085	
Receitas de Prestação de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias	25	8.003.548		6.887.519	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(9.976.729)		(7.649.557)	
Outras Receitas e Despesas		(2.315.504)		(1.070.651)	
Despesas da Intermediação Financeira		(31.904.568)		(18.062.015)	
Insumos de Terceiros		(5.498.758)		(5.076.587)	
Material, Energia e Outros		(281.556)		(241.531)	
Serviços de Terceiros	27	(1.773.851)		(1.655.221)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	29&30	(4.744)		3.213	
Outros		(3.438.607)		(3.183.048)	
Valor Adicionado Bruto		**14.096.199**		**14.726.794**	
Retenções					
Depreciações e Amortizações	27	(4.423.590)		(4.203.274)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**9.672.609**		**10.523.520**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.483.507		1.814.127	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**11.156.116**		**12.337.647**	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		5.629.066	50,5%	5.139.540	41,6%
Remuneração	26	2.985.762		2.714.527	
Benefícios	26	895.788		846.453	
FGTS		303.872		271.120	
Outras		1.443.644		1.307.440	
Impostos, Taxas e Contribuições		1.417.203	12,7%	2.885.088	23,4%
Federais		1.038.568		2.526.180	
Estaduais		727		582	
Municipais		377.908		358.326	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	27	539.100	4,8%	456.336	3,7%
Remuneração de Capitais Próprios		3.570.747	32,0%	3.856.683	31,3%
Dividendos	22.b	1.351.160		1.780.000	
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	1.550.000		1.760.000	
Reinvestimentos de Lucros		669.587		316.683	
Total		**11.156.116**	**100,0%**	**12.337.647**	**100,0%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e operações de cartões de crédito, através de empresas controladas. Atua também nos mercados de capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, seguros e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar e as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e dependências no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada para as operações das agências no exterior é o Real. Os ativos e passivos são substancialmente de natureza monetária e são convertidos pelas taxas de câmbio no final do período, os itens não monetários são mensurados ao custo histórico e os resultados são convertidos pelas taxas médias de câmbio do período.

As variações cambiais das operações das agências no exterior estão distribuídas nas linhas da demonstração de resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. O prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco. A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passarão a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão deverão permanecer registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

j.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos. A Deliberação CVM 600/2009 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados reduzindo as assimetrias com às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19. Desta forma, os efeitos desta mudança de padrão contábil foram reconhecidos, diretamente no patrimônio líquido - reservas de capital, em 2010, na linha de efeitos da mudança de critério contábil, na sua data da transição (adoção inicial) como define o parágrafo 11 da Deliberação CVM 647/2010.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 33.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado, líquido (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como outros créditos - diversos, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinada; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

o) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011	2010	2009
Disponibilidades	**4.458.365**	**4.375.077**	**5.597.548**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5.444.731**	**5.124.336**	**12.910.596**
Aplicações no Mercado Aberto	1.377.537	767.162	11.257.097
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.115.424	78.842	266.347
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.951.770	4.278.332	1.387.152
Total	**9.903.096**	**9.499.413**	**18.508.144**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	2011 Total	2010 Total
Aplicações no Mercado Aberto	**11.438.811**	**7.527.275**	**-**	**18.966.086**	**13.229.837**
Posição Bancada	**1.470.524**	**1.339.133**	**-**	**2.809.657**	**2.699.031**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20	-	-	20	42.068
Letras do Tesouro Nacional - LTN	508.272	75.878	-	584.150	686.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN	962.232	1.263.255	-	2.225.487	1.970.920
Posição Financiada	**4.136.242**	**4.411.230**	**-**	**8.547.472**	**4.130.437**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.000.545	-	-	1.000.545	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	277.760	228.843	-	506.603	453.389
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.857.937	4.182.387	-	7.040.324	3.677.048
Posição Vendida	**5.832.045**	**1.776.912**	**-**	**7.608.957**	**6.400.369**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.118.820	348.754	-	1.467.574	214.254
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.713.225	1.428.158	-	6.141.383	6.186.115
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**5.293.333**	**20.231.009**	**13.848.311**	**39.372.653**	**23.520.569**
Aplicações em Moedas Estrangeiras	**2.951.988**	**349**	**371.547**	**3.323.884**	**4.608.577**
Provisões para Perdas	**-**	**-**	**(200)**	**(200)**	**(200)**
Total	**19.684.132**	**27.758.633**	**14.219.658**	**61.662.423**	**41.358.783**
Circulante				**47.442.765**	**31.655.506**
Longo Prazo				**14.219.658**	**9.703.277**

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Ajuste a Mercado Refletido no:				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	2011 Valor Contábil	2010 Valor Contábil
Títulos para Negociação	**27.266.655**	**44.468**	**-**	**27.311.123**	**19.064.291**
Títulos Públicos	24.201.908	59.613	-	24.261.521	15.989.169
Títulos Privados	3.064.747	(15.145)	-	3.049.602	3.075.122
Títulos Disponíveis para Venda	**71.383.494**	**-**	**1.238.668**	**72.622.162**	**71.181.044**
Títulos Públicos	27.826.916	-	1.214.774	29.041.690	35.783.104
Títulos Privados	43.556.578	-	23.894	43.580.472	35.397.940
Títulos Mantidos até o Vencimento	**964.596**	**-**	**-**	**964.596**	**921.225**
Títulos Públicos	964.596	-	-	964.596	921.225
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**99.614.745**	**44.468**	**1.238.668**	**100.897.881**	**91.166.560**
Derivativos (Ativo)	**3.627.423**	**621.582**	**-**	**4.249.005**	**5.017.128**
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	**103.242.168**	**666.050**	**1.238.668**	**105.146.886**	**96.183.688**
Circulante				**36.552.965**	**26.158.635**
Longo Prazo				**68.593.921**	**70.025.053**
Derivativos (Passivo)	**(4.001.676)**	**(679.992)**	**(1.184)**	**(4.682.852)**	**(4.751.333)**
Circulante				**(2.138.328)**	**(1.228.835)**
Longo Prazo				**(2.544.524)**	**(3.522.498)**

II) Títulos para Negociação

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	2011 Valor Contábil	2010 Valor Contábil
Títulos Públicos	**24.201.908**	**59.613**	**24.261.521**	**15.989.169**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	73.572	196	73.768	64.780
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.057.115	(18.899)	9.038.216	5.432.594
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	868.080	101	868.181	529.439
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	6.576.088	39.224	6.615.312	5.868.379
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	860	19	879	837.273
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	7.508.007	37.979	7.545.986	3.082.643
Títulos da Dívida Agrária - TDA	95.249	959	96.208	85.785
Títulos da Dívida Externa Brasileira	4.086	58	4.144	86.810
Debêntures [1]	18.851	(24)	18.827	1.466
Títulos Privados	**3.064.747**	**(15.145)**	**3.049.602**	**3.075.122**
Ações	182.753	(8.856)	173.897	506.822
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC [2]	28.779	-	28.779	42.780
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	372.977	-	372.977	393.118
Cotas de Fundos de Investimento	136.356	-	136.356	3.924
Debêntures	2.316.741	149	2.316.890	2.102.304
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	27.141	(6.438)	20.703	26.174
Total	**27.266.655**	**44.468**	**27.311.123**	**19.064.291**

III) Títulos Disponíveis para Venda

Títulos para Negociação Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	2011 Total
Títulos Públicos	**-**	**3.484.597**	**3.668.620**	**11.733.794**	**5.374.510**	**24.261.521**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	73.768	-	-	73.768
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.355.865	4.684.106	1.998.245	9.038.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	264.635	11.547	583.743	8.256	868.181
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	49.204	1.193.991	3.098.530	2.273.587	6.615.312
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	10	-	-	869	879
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	3.150.072	-	3.325.289	1.070.625	7.545.986
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	13.173	21.930	42.126	18.979	96.208
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	195	-	-	3.949	4.144
Debêntures [1]	-	7.308	11.519	-	-	18.827
Títulos Privados	**712.009**	**2.225**	**10.514**	**16.812**	**2.308.042**	**3.049.602**
Ações	173.897	-	-	-	-	173.897
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC [2]	28.779	-	-	-	-	28.779
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	372.977	-	-	-	-	372.977
Cotas de Fundos de Investimento	136.356	-	-	-	-	136.356
Debêntures	-	2.225	10.514	16.812	2.287.339	2.316.890
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	20.703	20.703
Total	**712.009**	**3.486.822**	**3.679.134**	**11.750.606**	**7.682.552**	**27.311.123**

	2011			2010
Títulos Disponíveis para Venda	**Valor do Custo Amortizado**	**Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido**	**Valor Contábil**	**Valor Contábil**
Títulos Públicos	**27.826.916**	**1.214.774**	**29.041.690**	**35.783.104**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	111.435	2.264	113.699	99.863
Crédito Securitizado	1.499	646	2.145	1.943
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.252.398	406.894	11.659.292	6.635.614
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.999.347	(412)	2.998.935	2.700.619
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	122.527	8.005	130.532	115.490
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	480.515	19.627	500.142	480.409
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	629.383	353.595	982.978	980.930
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	12.021.589	425.821	12.447.410	23.891.874
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	116	(2)	114	102
Títulos da Dívida Agrária - TDA	17	-	17	-
Títulos de Governos Estrangeiros	-	-	-	379.341
Debêntures [1]	208.090	(1.664)	206.426	289.622
Notas Promissórias - NP [1]	-	-	-	207.297
Títulos Privados	**43.556.578**	**23.894**	**43.580.472**	**35.397.940**
Ações	638.157	92.924	731.081	889.877
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC [2]	2.118.797	-	2.118.797	1.452.770
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	506.646	(58.409)	448.237	11.589
Cotas de Fundos de Investimento	961	-	961	-
Debêntures	37.802.537	(18.494)	37.784.043	30.803.457
Eurobonds	186.075	(1.203)	184.872	164.286
Notas Promissórias - NP	950.754	179	950.933	681.455
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	23.097	1.131	24.228	25.676
Certificados de Direitos de Créditos de Agronegócios - CDCA	3.150	(643)	2.507	4.683
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.326.404	8.409	1.334.813	1.364.147
Total	**71.383.494**	**1.238.668**	**72.622.162**	**71.181.044**

Títulos Disponíveis para Venda Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	2011 Total
Títulos Públicos	**-**	**2.361.993**	**314.402**	**11.393.981**	**14.971.314**	**29.041.690**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	113.259	-	440	113.699
Crédito Securitizado	-	-	-	-	2.145	2.145
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	4.576.173	7.083.119	11.659.292
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.307	-	2.997.628	-	2.998.935
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	875	-	129.657	130.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	1.705	-	498.437	500.142
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	12.596	-	-	970.382	982.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	2.340.096	-	3.820.180	6.287.134	12.447.410
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	-	-	114	-	-	114
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	6	11	-	-	17
Debêntures [1]	-	7.988	198.438	-	-	206.426
Títulos Privados	**3.299.076**	**444.186**	**1.119.572**	**1.473.399**	**37.244.239**	**43.580.472**
Ações	731.081	-	-	-	-	731.081
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC [2]	2.118.797	-	-	-	-	2.118.797
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	448.237	-	-	-	-	448.237
Cotas de Fundos de Investimento	961	-	-	-	-	961
Debêntures	-	32.520	1.016.457	915.788	35.819.278	37.784.043
Eurobonds	-	269	3	184.600	-	184.872
Notas Promissórias - NP	-	342.955	-	367.471	240.507	950.933
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	3.989	-	5.540	14.699	24.228
Certificado de Direitos Creditórios de Agronegócios - CDCA	-	14	2.493	-	-	2.507
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	64.439	100.619	-	1.169.755	1.334.813
Total	**3.299.076**	**2.806.179**	**1.433.974**	**12.867.380**	**52.215.553**	**72.622.162**

[1] Emissão de sociedade de economia mista.

[2] O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Valor do Custo Amortizado/Contábil		Abertura por Vencimento				
Títulos Mantidos até o Vencimento [1]	**2011**	**2010**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**964.596**	**921.225**	**20.294**	**1.238**	**848**	**942.216**	**964.596**
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	962.041	915.858	19.875	-	-	942.166	962.041
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	2.555	5.367	419	1.238	848	50	2.555
Total	**964.596**	**921.225**	**20.294**	**1.238**	**848**	**942.216**	**964.596**

[1] O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R$1.553.540 (2010 - R$1.532.540).

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2011	2010
Rendas de Títulos de Renda Fixa	12.464.216	7.947.886
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.380.700	4.312.345
Resultado de Títulos de Renda Variável	(422.459)	(10.709)
Outros	307.051	137.963
Total	**17.729.508**	**12.387.485**

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	2011			2010		
		Negociação			Negociação	
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		**(228.196)**	**(191.671)**		**232.379**	**573.354**
Ativo	**98.498.396**	**9.089.791**	**9.233.118**	**90.149.182**	**18.183.537**	**18.446.365**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	31.775.414	8.036.533	8.184.818	37.449.537	16.551.929	16.827.940
Taxa de Juros Pré - Reais [1]	5.726.569	1.053.258	1.048.300	4.085.620	1.631.608	1.618.425
Indexados em Índices de Preços e Juros	13.259.314	-	-	11.662.920	-	-
Moeda Estrangeira	47.621.292	-	-	36.923.396	-	-
Outros	115.807	-	-	27.709	-	-
Passivo	**98.726.592**	**(9.317.987)**	**(9.424.789)**	**89.916.803**	**(17.951.158)**	**(17.873.011)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	23.738.881	-	-	20.897.608	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.673.311	-	-	2.454.012	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	19.781.674	(6.522.360)	(6.352.475)	15.021.487	(3.358.567)	(3.084.207)
Moeda Estrangeira [1]	50.340.717	(2.719.425)	(3.004.037)	51.291.086	(14.367.690)	(14.575.828)
Outros	192.009	(76.202)	(68.277)	252.610	(224.901)	(212.976)
Opções	**266.612.580**	**(217.101)**	**(329.357)**	**363.704.337**	**(104.811)**	**(139.222)**
Compromissos de Compra	**110.672.248**	**239.107**	**208.117**	**166.047.798**	**236.074**	**210.232**
Opções de Compra Dólar	1.299.890	22.549	39.528	3.594.587	58.198	58.218
Opções de Venda Dólar	794.230	2.656	65	1.627.126	21.356	43.853
Opções de Compra Outras [2]	74.456.856	111.458	48.267	94.486.883	101.476	72.435
Opções de Venda Outras [2]	34.121.272	102.444	120.257	66.339.202	55.044	35.726
Compromissos de Venda	**155.940.332**	**(456.208)**	**(537.474)**	**197.656.539**	**(340.885)**	**(349.454)**
Opções de Compra Dólar	2.842.096	(21.179)	(17.896)	4.162.415	(70.646)	(91.393)
Opções de Venda Dólar	2.848.995	(19.867)	(7.683)	2.967.037	(16.312)	(8.485)
Opções de Compra Outras [2]	69.094.441	(187.362)	(100.105)	109.013.279	(147.931)	(131.015)
Opções de Venda Outras [2]	81.154.800	(227.800)	(411.790)	81.513.808	(105.996)	(118.561)
Contratos de Futuros	**100.361.012**	**-**	**-**	**94.302.441**	**-**	**-**
Posição Comprada	**46.879.640**	**-**	**-**	**50.679.903**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	1.727.725	-	-	2.856.706	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	42.328.562	-	-	47.296.910	-	-
Moeda Estrangeira	2.563.038	-	-	171.136	-	-
Índice [3]	78.332	-	-	267.987	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	178.570	-	-	59.975	-	-
Outros	3.413	-	-	27.189	-	-
Posição Vendida	**53.481.372**	**-**	**-**	**43.622.538**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	17.359.882	-	-	5.504.291	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	21.981.554	-	-	33.908.636	-	-
Moeda Estrangeira	13.923.253	-	-	3.862.750	-	-
Índice [3]	38.496	-	-	205.387	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	178.187	-	-	141.474	-	-
Contratos a Termo e Outros	**22.726.883**	**(13.515)**	**42.544**	**14.332.682**	**(459.223)**	**(283.864)**
Compromissos de Compra	**11.564.473**	**412.217**	**298.083**	**6.561.234**	**44.204**	**(78.006)**
Moedas	11.556.048	412.217	298.083	6.559.748	44.204	(78.006)
Outros	8.425	-	-	1.486	-	-
Compromissos de Venda	**11.162.410**	**(425.732)**	**(255.539)**	**7.771.448**	**(503.427)**	**(205.858)**
Moedas	11.138.022	(442.856)	(272.312)	7.759.347	(513.819)	(216.147)
Outros	24.388	17.124	16.773	12.101	10.392	10.289

[1] Inclui derivativos de crédito.

[2] Inclui opções de ações, índices e commodities.

[3] Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial				
				2011	2010
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras [1]	Total	Total
"Swap"	33.999.996	31.712.314	32.786.086	98.498.396	90.149.182
Opções	1.066.690	412.676	265.133.214	266.612.580	363.704.337
Contratos de Futuros	-	-	100.361.012	100.361.012	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	10.380.694	11.878.188	468.001	22.726.883	14.332.682

[1] Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial				
				2011	2010
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	26.349.860	20.816.920	51.331.616	98.498.396	90.149.182
Opções	205.148.983	46.243.577	15.220.020	266.612.580	363.704.337
Contratos de Futuros	61.622.162	6.299.968	32.438.882	100.361.012	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	14.871.646	4.105.167	3.750.070	22.726.883	14.332.682

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial				
				2011	2010
	Bolsas [1]	Cetip [2]	Balcão	Total	Total
"Swap"	31.839.671	40.852.421	25.806.304	98.498.396	90.149.182
Opções	266.092.016	377.701	142.863	266.612.580	363.704.337
Contratos de Futuros	100.361.012	-	-	100.361.012	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	17.419	14.680.915	8.028.549	22.726.883	14.332.682

[1] Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.
[2] Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

O volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R$557.327 de custo (2010 - R$495.066) e R$500.425 de valor de mercado (2010 - R$444.330). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R$3.291 (2010 - R$8.121).

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

			2011			2010
Instrumentos de "Hedge"	**Valor da Curva**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a Mercado**	**Valor da Curva**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a Mercado**
Contratos de "Swap"	**74.928**	**76.175**	**1.247**	**118.348**	**115.527**	**(2.821)**
Ativo	**417.731**	**453.595**	**35.864**	**549.276**	**557.765**	**8.489**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	145.940	146.711	771	424.211	426.851	2.640
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	271.791	306.884	35.093	125.065	130.914	5.849
Passivo	**(342.803)**	**(377.420)**	**(34.617)**	**(430.928)**	**(442.238)**	**(11.310)**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(101.410)	(102.318)	(908)	(305.837)	(311.367)	(5.530)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(55.498)	(60.565)	(5.067)	(125.091)	(130.871)	(5.780)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	(185.895)	(214.537)	(28.642)	-	-	-
Objeto de "Hedge"	**342.473**	**346.260**	**3.787**	**429.896**	**443.446**	**13.550**
Operação de Crédito	**342.473**	**346.260**	**3.787**	**429.896**	**443.446**	**13.550**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	100.871	102.321	1.450	304.794	311.381	6.587
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	55.663	60.565	4.902	125.102	132.065	6.963
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	185.939	183.374	(2.565)	-	-	-

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

				2011			2010
Instrumentos de "Hedge"	**Valor de Referência**	**Valor da Curva**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a Mercado**	**Valor de Referência**	**Valor de Curva/ Mercado**	**Ajuste a Mercado**
Contratos de "Swap"		**(30.354)**	**(31.538)**	**(1.184)**		**-**	**-**
Ativo	**651.490**	**651.490**	**678.479**	**26.989**	**-**	**-**	**-**
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço [1]	300.488	300.488	326.280	25.792	-	-	-
Indexados com Taxa de Juros Pré - Reais [2]	351.002	351.002	352.199	1.197	-	-	-
Passivo	**(681.844)**	**(681.844)**	**(710.017)**	**(28.173)**	**-**	**-**	**-**
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré-Dólar	(681.844)	(681.844)	(710.017)	(28.173)	-	-	-
Contratos de Futuros [3] [4]	**(1.794.034)**	**-**	**-**	**-**	**(6.850.698)**	**-**	**-**
Taxa de Juros DI1	(1.794.034)	-	-	-	(6.850.698)	-	-

	2011	2010
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva	**2.518.986**	**7.385.636**
Eurobonds	300.803	-
Obrigações por Empréstimo no Exterior	351.002	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.867.181	7.385.636

[1] Operação com vencimento em 1 de dezembro de 2014, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.
[2] Operação com vencimento em 15 de junho de 2012, cujo objeto de "hedge" são operações com obrigações por empréstimo no exterior.
[3] Operação com vencimento em 2 de janeiro de 2014 e valor atualizado dos instrumentos de R$1.812.796 (2010 - R$7.165.189) cujo objeto de "hedge" são certificados de depósitos bancários.
[4] As operações em aberto em 2010, em razão da estratégia de negócios, as estruturas de "hedge" de fluxo de caixa que tinham como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários foram descontinuadas no primeiro trimestre de 2011. O efeito líquido destacado no patrimônio líquido será amortizado até janeiro de 2012, prazo remanescente das coberturas contratadas.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros de R$15.149 está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pelo Bacen e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios é composta por títulos públicos federais, no montante de R$8.678.353 (2010 - R$4.171.458).

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	2011	2010
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber [1]	3.338.882	4.455.180
Prêmios de Opções a Exercer	208.117	210.232
Contratos a Termo e Outros	702.006	351.716
Total	**4.249.005**	**5.017.128**
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar [1]	3.485.916	3.766.299
Prêmios de Opções Lançadas	537.474	349.454
Contratos a Termo e Outros	659.462	635.580
Total	**4.682.852**	**4.751.333**

[1] Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação, para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2011.

Carteira Negociação

Fatores de Risco	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Cupom de Dólar Americano	(12.977)	(7.553)	84.447
Cupom de Outras Moedas	(4.533)	(45.334)	(226.670)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(4.590)	(45.899)	(229.495)
Ações e Índices	(5.990)	(14.974)	(29.948)
Inflação	6.037	60.370	301.848
Outros	(1.413)	(14.128)	(70.640)
Total [1]	**(23.466)**	**(67.518)**	**(170.458)**

[1] Valores líquidos de efeitos fiscais.

O quadro resumo seguinte sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2011.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Cupom de Dólar Americano	(964)	(9.643)	(48.217)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(3.502)	(35.025)	(175.125)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(36.903)	(369.034)	(1.845.171)
Inflação	(1.496)	(14.959)	(74.793)
Total [1] [2]	**(42.865)**	**(428.661)**	**(2.143.306)**

[1] Valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano.
[2] Valores líquidos de efeitos fiscais.

Os cenários 2 e 3 acima consideram as situações de deterioração previstas na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos.

Cenário 1: é habitualmente informado em nossos relatórios diários correspondendo a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somando um choque de 10% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 10 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizadas para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 100 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 500 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de Dólar Americano: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

Cupom de Outras Moedas: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de qualquer moeda que não o Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

TR e TJLP: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da TR e da TJLP.

Taxa Pré - Fixada em Reais: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.

Ações e Índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações acima.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	2011	2010
Operações de Crédito	**146.209.701**	**124.542.064**
Empréstimos e Títulos Descontados	96.317.939	75.066.696
Financiamentos [1]	29.774.300	32.477.608
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.401.149	4.885.915
Financiamentos Imobiliários	15.611.354	12.090.018
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	104.959	21.827
Operações de Arrendamento Mercantil	**173.977**	**381.532**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio [2] (Nota 9)	**2.225.486**	**2.022.439**
Outros Créditos [3]	**12.524.121**	**9.298.127**
Total	**161.133.285**	**136.244.162**
Circulante	**72.220.194**	**68.999.692**
Longo Prazo	**88.913.091**	**67.244.470**

[1] Em 2011, o Banco por meio da sua agência em Grand Cayman, adquiriu do Banco Santander Espanha, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante de US$943 milhões (2010 - US$808 milhões).
[2] Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.
[3] Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação no montante de R$688.821. O resultado da cessão apurado foi de R$111.539, registrado em outras receitas operacionais. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. O valor presente das operações cedidas em 31 de dezembro de 2011 é de R$686.587.

A operação de cessão foi realizada com clausula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:
- contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	2011	2010
Vencidas	9.596.484	5.552.365
A Vencer:		
Até 3 Meses	31.652.406	25.828.999
De 3 a 12 Meses	40.567.788	43.170.693
Acima de 12 Meses	79.316.607	61.692.105
Total	**161.133.285**	**136.244.162**

c) Carteira de Arrendamento

	2011	2010
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	202.525	475.869
Arrendamentos a Receber	80.243	185.931
Valores Residuais a Realizar [1]	122.282	289.938
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(78.689)	(183.284)
Valores Residuais a Balancear	(122.282)	(289.938)
Imobilizado de Arrendamento	634.178	918.226
Depreciações Acumuladas	(522.549)	(610.301)
Superveniências de Depreciações	460.577	582.230
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	6	22
Credores por Antecipação de Valor Residual	(399.789)	(511.292)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	**173.977**	**381.532**

[1] Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R$28.548 (2010 - R$94.337).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	2011	2010
Vencidas	7.617	20.753
A Vencer:		
Até 1 Ano	114.443	192.652
De 1 a 5 Anos	80.436	262.459
Acima de 5 Anos	29	5
Total	**202.525**	**475.869**

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	2011	2010
Vencidas	5.549	16.609
A Vencer:		
Até 1 Ano	106.344	175.067
De 1 a 5 Anos	62.071	189.854
Acima de 5 Anos	13	2
Total	**173.977**	**381.532**

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	2011	2010
Setor Privado	**160.952.649**	**136.026.465**
Indústria	28.180.051	27.739.045
Comércio	18.563.539	11.712.163
Instituições Financeiras	155.595	114.246
Serviços e Outros [1]	46.616.070	39.630.142
Pessoas Físicas	63.036.245	51.944.954
Cartão de Crédito	14.144.321	10.760.022
Crédito Imobiliário	9.331.186	6.698.125
Crédito Consignado	12.248.013	9.599.952
Financiamento e Leasing de Veículos	2.645.605	3.458.048
Outros [2]	24.667.120	21.428.807
Agricultura	4.401.149	4.885.915
Setor Público	**180.636**	**217.697**
Governo Federal	5.151	7.340
Governo Estadual	167.973	204.283
Governo Municipal	7.512	6.074
Total	**161.133.285**	**136.244.162**

[1] Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
[2] Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

					2011		
	% Provisão	Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Total**	**Requerida**	**Adicional [2]**	**Total**
AA	-	64.581.385	-	64.581.385	-	-	-
A	0,5%	67.917.806	-	67.917.806	339.589	254.404	593.993
B	1%	4.632.093	1.480.012	6.112.105	61.121	107.183	168.304
C	3%	3.923.720	2.897.239	6.820.959	204.629	196.551	401.180
D	10%	937.446	2.855.641	3.793.087	379.309	-	379.309
E	30%	292.421	1.510.848	1.803.269	540.981	-	540.981
F	50%	58.995	2.379.044	2.438.039	1.219.020	-	1.219.020
G	70%	18.905	1.003.188	1.022.093	715.465	-	715.465
H	100%	194.241	6.450.301	6.644.542	6.644.542	-	6.644.542
Total		**142.557.012**	**18.576.273**	**161.133.285**	**10.104.656**	**558.138**	**10.662.794**

					2010		
	% Provisão	Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Total**	**Requerida**	**Adicional [2]**	**Total**
AA	-	51.963.423	-	51.963.423	-	-	-
A	0,5%	55.945.064	-	55.945.064	279.725	217.108	496.833
B	1%	9.971.833	1.365.872	11.337.705	113.377	205.244	318.621
C	3%	4.039.564	2.274.462	6.314.026	189.421	254.260	443.681
D	10%	1.430.818	1.167.023	2.597.841	259.784	-	259.784
E	30%	155.548	993.543	1.149.091	344.728	-	344.728
F	50%	204.009	1.442.449	1.646.458	823.229	-	823.229
G	70%	132.716	989.065	1.121.781	785.247	-	785.247
H	100%	201.033	3.967.740	4.168.773	4.168.773	-	4.168.773
Total		**124.044.008**	**12.200.154**	**136.244.162**	**6.964.284**	**676.612**	**7.640.896**

[1] Inclui parcelas vincendas e vencidas.
[2] A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2011	2010
Saldo Inicial	**7.640.896**	**8.293.755**
Constituições	9.976.729	7.649.557
Baixas	(6.954.831)	(8.302.416)
Saldo Final [1]	**10.662.794**	**7.640.896**
Circulante	**1.552.882**	**1.443.234**
Longo Prazo	**9.109.912**	**6.197.662**
Créditos Recuperados no Acumulado do Período [2]	**1.858.730**	**914.250**

[1] Inclui R$14.042 (2010 - R$48.456) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.
[2] Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação, relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R$308.323 (2010 - R$104.054).

g) Concentração de Crédito

	Consolidado			
	2011		2010	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças [1], Títulos e Valores Mobiliários [2] e Instrumentos Financeiros Derivativos [3]	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	10.068.894	4,0%	7.961.075	3,8%
10 Maiores	28.285.880	11,2%	21.502.608	10,3%
20 Maiores	37.817.838	15,0%	29.342.272	14,0%
50 Maiores	55.371.687	21,9%	44.574.999	21,3%
100 Maiores	69.464.830	27,5%	58.225.622	27,8%

[1] Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.
[2] Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e CRI.
[3] Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	2011	2010
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	16.390.313	9.813.642
Câmbio Comprado a Liquidar	18.778.367	10.403.708
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(100.932)	(93.237)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	68.963	48.067
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	9.006	17.561
Total	**35.145.717**	**20.189.741**
Circulante	**34.851.804**	**20.055.172**
Longo Prazo	**293.913**	**134.569**
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	16.993.366	9.698.410
Obrigações por Compra de Câmbio	18.007.976	10.538.425
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(2.225.486)	(2.022.439)
Outros	17.998	10.349
Total	**32.793.854**	**18.224.745**
Circulante	**32.393.881**	**18.138.328**
Longo Prazo	**399.973**	**86.417**
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	700.160	439.502
Créditos de Exportação Confirmados	166.825	24.711

10. Negociação e Intermediação de Valores

	2011	2010
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	256.101	276.711
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	73.135	4.007
Bolsas - Depósitos em Garantia	276.919	365.151
Outros	88.408	83
Total (Circulante)	**694.563**	**645.952**
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	290.187	198.762
Credores - Conta Liquidações Pendentes	51.000	9.951
Credores por Empréstimos de Ações	351.296	37.448
Comissões e Corretagens a Pagar	1.787	1.345
Total	**694.270**	**247.506**
Circulante	**694.242**	**247.484**
Longo Prazo	**28**	**22**

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.987.213	4.070.056	(3.959.053)	4.098.216
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	578.053	75.310	(122.054)	531.309
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.965.458	795.768	(147.428)	2.613.798
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.011.718	684.871	(474.760)	1.221.829
Ágio Amortizado	189.020	-	(72.258)	116.762
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	1.762.752	-	(88.488)	1.674.264
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges de Fluxo de Caixa [1]	92.408	8.380	-	100.788
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	301.201	13.737	-	314.938
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	272.942	467.340	(426.860)	313.422
Outras Provisões Temporárias	1.717.343	-	(264.682)	1.452.661
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**11.878.108**	**6.115.462**	**(5.555.583)**	**12.437.987**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	152.806	176.443	-	329.249
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	727.290	-	(43.709)	683.581
Total dos Créditos Tributários	**12.758.204**	**6.291.905**	**(5.599.292)**	**13.450.817**
Créditos não Registrados	(1.427.846)	-	538.793	(889.053)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**11.330.358**	**6.291.905**	**(5.060.499)**	**12.561.764**
Circulante	**4.925.931**			**5.980.796**
Longo Prazo	**6.404.427**			**6.580.968**

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.191.501	3.383.499	(3.587.787)	3.987.213
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	578.106	240.467	(240.520)	578.053
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.366.519	600.468	(1.529)	1.965.458
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.148.467	391.432	(528.181)	1.011.718
Ágio Amortizado	261.278	-	(72.258)	189.020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	1.706.874	55.878	-	1.762.752
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges de Fluxo de Caixa [1]	201.692	-	(109.284)	92.408
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	196.416	104.785	-	301.201
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	317.970	429.272	(474.300)	272.942
Outras Provisões Temporárias	1.699.101	18.481	(239)	1.717.343
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**11.667.924**	**5.224.282**	**(5.014.098)**	**11.878.108**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	229.949	-	(77.143)	152.806
Contribuição Social - MP 2.158/2001	900.730	-	(173.440)	727.290
Total dos Créditos Tributários	**12.798.603**	**5.224.282**	**(5.264.681)**	**12.758.204**
Créditos não Registrados	(1.583.410)	-	155.564	(1.427.846)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**11.215.193**	**5.224.282**	**(5.109.117)**	**11.330.358**
Circulante	**5.084.675**			**4.925.931**
Longo Prazo	**6.130.518**			**6.404.427**

[1] Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	2011						
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%	Total	Registrados
2012	3.807.380	2.084.138	89.278	-	-	5.980.796	5.980.796
2013	1.623.002	956.562	89.278	294.536	162.471	3.125.849	3.125.849
2014	977.573	586.318	2.099	-	100.277	1.666.267	1.666.267
2015	191.629	109.956	2.099	-	25.949	329.633	329.633
2016	129.784	90.535	2.099	-	207.524	429.942	429.942
2017 a 2019	326.070	182.156	-	-	187.360	695.586	695.586
2020 a 2021	217.797	115.894	-	-	-	333.691	333.691
2022 a 2024	479.564	264.771	-	34.713	-	779.048	-
2025 a 2026	16.366	9.819	-	-	-	26.185	-
Após 2026	52.388	31.432	-	-	-	83.820	-
Total	**7.821.553**	**4.431.581**	**184.853**	**329.249**	**683.581**	**13.450.817**	**12.561.764**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R$11.511.849 (2010 - R$11.247.173) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R$11.133.475 (2010 - R$10.078.726), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	2011	2010
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	10.150.781	8.017.820
Direitos Creditórios	2.090.820	962.506
Cédula de Produto Rural (CPR)	137.266	131.128
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.052.996	3.210.473
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.957.752	1.974.281
Outros	590.224	559.145
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 21.h)	840.772	492.360
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.438.191	881.226
Pagamentos a Ressarcir	215.237	265.240
Adiantamentos Salariais/Outros	402.682	582.358
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	74.468	128.488
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.g)	435.710	85.014
Outros	2.472.179	1.352.445
Total	**23.859.078**	**18.642.484**
Circulante	**13.865.062**	**10.558.752**
Longo Prazo	**9.994.016**	**8.083.732**

13. Dependência no Exterior

As posições financeiras resumidas da dependência no exterior (agência Grand Cayman), convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço e incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	2011	2010
Ativo	**46.442.545**	**37.284.194**
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	**46.442.510**	**37.201.704**
Disponibilidades	215.913	198.114
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.293.618	3.355.255
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	18.222.565	15.464.809
Operações de Crédito [1]	21.062.945	15.680.858
Carteira de Câmbio	3.010.026	1.903.839
Outros	637.443	598.829
Ativo Permanente	**35**	**82.490**
Passivo	**46.442.545**	**37.284.194**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	**28.361.201**	**22.372.712**
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	4.153.380	5.303.744
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.169.049	3.973.265
Obrigações por Empréstimos [2]	10.893.792	9.526.032
Carteira de Câmbio	3.112.695	2.009.250
Outros	2.032.285	1.560.421
Resultados de Exercícios Futuros	**15.213**	**13.638**
Patrimônio Líquido	**18.066.131**	**14.897.844**
Lucro Líquido	**1.201.241**	**807.290**

[1] Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

[2] Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

14. Participações em Coligadas e Controladas

		2011			
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Leasing)	Leasing	65	32	39,88%	39,88%
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	Administradora de Ativos	12.493.834	-	99,99%	100,00%
Santander Administradora de Consórcios Ltda. (Santander Consórcios)	Consórcio	3.000	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (SB Consórcio)	Consórcio	92.925	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.183.667.026	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil) [12]	Financeira	1	1	39,64%	39,64%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) [5]	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (SB Advisory) [4]	Outras Atividades	1.324	-	96,56%	96,56%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) [4] [5]	Holding	629	-	100,00%	100,00%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	348.253.362	17.929.313	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) [10]	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) [3] [8]	Holding	11.251.175	-	100,00%	100,00%
MS Participações Societárias S.A. (MS Participações) [9]	Holding	12.000	-	78,35%	78,35%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) [13]	Outras Atividades	101	-	100,00%	100,00%
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) [13]	Holding	37.406	-	100,00%	100,00%
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) [8]	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Controlada da Santander Participações					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) [2]	Corretora de Seguros	110.769.432	-	-	99,99%
Controladas em Conjunto					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) [11]	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) [11]	Outras Atividades	3.859	1.217	11,11%	11,11%
Coligadas					
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	2011	2011	2011	2010	2011	2010
Controladas do Banco Santander						
Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) [6] [7]	-	304.933	-	2.399.006	321.088	242.680
Santander Leasing [7]	9.999.296	969.827	7.856.850	9.945.655	282.731	780.834
RCI Leasing	572.323	63.525	228.253	202.825	25.334	18.017
Santander Brasil Asset [7]	187.770	73.977	187.770	212.868	66.017	75.207
Santander Consórcios	4.231	173	4.231	4.057	173	248
SB Consórcio [7]	147.715	38.876	147.715	118.072	31.856	25.147
Banco Bandepe [7]	4.408.918	378.659	4.408.918	4.254.691	154.369	239.844
Aymoré CFI [7]	1.221.515	347.494	1.221.515	956.551	290.594	299.921
RCI Brasil [7] [12]	311.436	57.352	123.450	106.939	16.364	21.025
Microcrédito	17.556	5.882	17.556	11.729	5.882	5.793
CRV DTVM [5] [7]	22.394	13.224	22.394	86.613	9.485	3.988
Santander CCVM [7]	253.076	60.353	253.076	340.176	46.913	43.825
SB Advisory [4]	40.659	37.837	39.262	4.407	36.474	3.545
Santander Participações [4] [5] [7]	268.730	39.191	268.730	159.535	35.491	27.898
Webmotors S.A. [7]	60.514	11.207	60.514	52.397	8.117	11.635
Santander Getnet [10]	26.122	12.899	13.061	6.611	6.450	111
Sancap [3] [8]	241.716	146.248	241.716	-	146.248	-
Agropecuária Tapirapé S.A. [1] [4]	-	-	-	7.107	62	373
MS Participações [9]	15.712	397	12.311	-	311	-
Mantiq [13]	50	-	50	-	-	-
Santos Energia [13]	1.310	(144)	1.310	-	(144)	-
Outras	-	-	-	-	-	11.176
Controlada da Sancap						
Santander Capitalização [8]	251.375	135.050	-	-	-	-
Controlada da Santander Participações						
Santander Serviços [2]	166.876	34.469	-	-	-	-
Controladas em Conjunto						
Cibrasec [7] [11]	75.444	11.462	10.287	9.972	910	167
Norchem Participações	45.056	(5.946)	22.528	28.526	(2.973)	2.432
EBP [11]	6.115	(20.876)	679	1.272	(2.320)	(2.041)
Outras	-	-	-	91.584	-	522
Coligadas						
Norchem Holding	111.266	18.733	24.200	22.325	4.075	1.780
Total			**15.166.376**	**19.022.918**	**1.483.507**	**1.814.127**

[1] Empresa incorporada pela SB Advisory em 28 de fevereiro de 2011.

[2] Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 29 de outubro de 2010 da Real Corretora de Seguros S.A. (Real Corretora) e da Santander Serviços, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da Real Corretora pela Santander Serviços, com base nos respectivos valores de patrimônio líquido contábil na data-base de 30 de setembro de 2010.

[3] A Sancap encontra-se em fase de constituição (Nota 36).

[4] Nas AGEs realizadas em 26 de agosto de 2011, foram aprovadas: (i) a alteração de sua denominação social de Santander Advisory Services S.A. para Santander Participações S.A.; (ii) a alteração da denominação social da Santander CHP S.A. para Santander Brasil Advisory Services S.A.; e (iii) alteração dos seus objetos sociais de ambas as empresas.

[5] Nas AGEs realizadas em 31 de agosto de 2011, foram aprovadas (i) a Cisão Parcial da CRV DTVM pela Santander Participações, sendo que a versão da parcela cindida refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTVM no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities); e (ii) a Incorporação da Securities pela Santander Participações. Ambos os processos encontram-se em fase de homologação pelo Bacen.

[6] Investimento alienado em outubro de 2011, e o lucro líquido do período refere-se ao resultado acumulado até setembro de 2011 (Nota 36).

[7] O resultado de equivalência patrimonial não inclui os juros sobre o capital próprio destacados no período, que estão apresentados nas outras receitas operacionais (Nota 29).

[8] Na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 36.b).

[9] Participação adquirida em fevereiro de 2011.

[10] O Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina a controle do Banco sob a entidade.

[11] Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco presume influência significativa sobre essa participação, que é comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração da investida e à participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e a investida.

[12] A nova composição da Diretoria encontra-se em processo de aprovação no Bacen. A participação será alterada para 39,58% após autorização do Bacen.

[13] Participação adquirida em dezembro de 2011.

15. Imobilizado de Uso

			2011	2010
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.137.681**	**(429.572)**	**1.708.109**	**1.759.564**
Terrenos	707.991	-	707.991	708.870
Edificações	1.429.690	(429.572)	1.000.118	1.050.694
Outras Imobilizações de Uso	**6.601.722**	**(3.406.940)**	**3.194.782**	**2.646.930**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.516.533	(587.553)	928.980	637.759
Sistemas de Processamento de Dados	1.973.172	(1.467.890)	505.282	451.189
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.032.328	(893.034)	1.139.294	999.064
Sistemas de Segurança e Comunicações	445.098	(243.213)	201.885	140.577
Outras	634.591	(215.250)	419.341	418.341
Total	**8.739.403**	**(3.836.512)**	**4.902.891**	**4.406.494**

16. Intangível

			2011	2010
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**26.868.346**	**(10.427.092)**	**16.441.254**	**19.544.755**
Outros Ativos Intangíveis	**6.111.869**	**(2.691.618)**	**3.420.251**	**2.881.775**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.002.954	(964.191)	2.038.763	1.816.973
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.023.195	(1.721.040)	1.302.155	1.052.622
Outros	85.720	(6.387)	79.333	12.180
Total	**32.980.215**	**(13.118.710)**	**19.861.505**	**22.426.530**

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo, e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (Nota 35.f).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2011 e 2010.

	2011	2010
Segmento Operacional		
Banco Comercial	16.441.254	19.544.755
Total	**16.441.254**	**19.544.755**
Principais Premissas		
Base de Avaliação	Valor em Uso: Fluxos de Caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa [1]	10 Anos	10 Anos
Taxa de Crescimento	5,0%	5,0%
Taxa de Desconto [2]	15,2%	15,5%

[1] As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

[2] A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

					2011	2010
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	13.684.773	-	-	-	13.684.773	16.540.171
Depósitos de Poupança	23.293.434	-	-	-	23.293.434	30.303.463
Depósitos Interfinanceiros	-	1.519.554	41.133.799	7.743.600	50.396.953	36.838.257
Depósitos a Prazo	365.069	20.771.970	12.695.942	48.169.762	82.002.743	68.837.459
Total	**37.343.276**	**22.291.524**	**53.829.741**	**55.913.362**	**169.377.903**	**152.519.350**
Circulante					**113.464.541**	**100.474.701**
Longo Prazo					**55.913.362**	**52.044.649**

b) Captações no Mercado Aberto

				2011	2010
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	37.288.986	5.605.820	21.664.735	64.559.541	57.462.895
Carteira de Terceiros	8.424.898	-	-	8.424.898	4.064.067
Carteira de Livre Movimentação	6.053.664	1.858.013	-	7.911.677	6.587.886
Total	**51.767.548**	**7.463.833**	**21.664.735**	**80.896.116**	**68.114.848**
Circulante				**59.231.381**	**52.982.982**
Longo Prazo				**21.664.735**	**15.131.866**

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				2011	2010
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**3.055.399**	**13.972.340**	**12.789.632**	**29.817.371**	**15.158.327**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.462.345	5.828.817	258.946	8.550.108	7.614.891
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	593.054	693.273	54.905	1.341.232	904.500
Letras Financeiras [1]	-	7.450.250	12.475.781	19.926.031	6.638.936
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**241.834**	**157.199**	**8.297.611**	**8.696.644**	**4.639.647**
Eurobonds	176.799	106.983	6.260.320	6.544.102	3.062.466
Notas de Securitização - MT100 [2]	65.035	50.216	2.037.291	2.152.542	1.577.181
Total	**3.297.233**	**14.129.539**	**21.087.243**	**38.514.015**	**19.797.974**
Circulante				**17.426.772**	**8.655.929**
Longo Prazo				**21.087.243**	**11.142.045**

[1] Em 2010, o CMN estabeleceu que as instituições financeiras poderiam emitir Letras Financeiras. Esse instrumento é utilizado como um mecanismo para aumentar o mercado de financiamento de longo prazo, sendo as principais características: prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$300 e permissão que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2011, possuem prazo de vencimento entre 2012 a 2017.

[2] Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

					2011	2010
Eurobonds	**Emissão**	**Vencimento**	**Moeda**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**Total**	**Total**
Eurobonds	março-11	março-14	US$	Libor + 2,1%	2.252.536	-
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US$	4,5%	1.617.341	1.447.210
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US$	4,3%	1.608.424	-
Eurobonds	dezembro-10	dezembro-11	US$	Zero Cupom	-	730.948
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R$	17,1%	333.182	471.849
Eurobonds	junho-11	dezembro-14	US$	3,1%	300.803	-
Eurobonds	março-05	março-13	R$	17,0%	169.223	169.299
Eurobonds	dezembro-11	janeiro-12	US$	Zero Cupom	73.017	-
Eurobonds [1]	junho-07	maio-17	R$	FDIC	28.196	31.347
Outras					161.380	211.813
Total					**6.544.102**	**3.062.466**

[1] Vinculados a Notas de Crédito "Indexed Linked Credit Event Notes".

					2011	2010
Notas de Securitização - MT100	**Emissão**	**Vencimento**	**Moeda**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**Total**	**Total**
Série 2004-1 [1]	setembro-04	setembro-11	US$	5,5%	-	33.457
Série 2008-1 [1]	maio-08	março-15	US$	6,2%	265.203	294.133
Série 2008-2 [1] [2]	agosto-08	setembro-17	US$	Libor (6 meses)+ 0,8%	753.126	668.916
Série 2009-1 [1] [3]	agosto-09	setembro-14	US$	Libor (6 meses) + 2,1%	94.494	83.924
Série 2009-2 [1] [4]	agosto-09	setembro-19	US$	6,3%	95.434	84.771
Série 2010-1 [1] [5]	dezembro-10	março-16	US$	Libor (6 meses)+ 1,5%	471.594	411.980
Série 2011-1 [1] [6]	maio-11	março-18	US$	4,2%	189.790	-
Série 2011-2 [1] [7]	maio-11	março-16	US$	Libor (6 meses)+ 1,4%	282.901	-
Total					**2.152.542**	**1.577.181**

[1] Encargos pagos semestralmente.

[2] Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).

[3] Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2012.

[4] Principal será pago em 14 parcelas semestrais a partir de março de 2013.

[5] Principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de março de 2013.

[6] Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

[7] Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

d) Despesas de Captação no Mercado

	2011	2010
Depósitos a Prazo	8.159.294	5.402.653
Depósitos de Poupança	1.944.715	1.615.819
Depósitos Interfinanceiros	4.433.249	3.391.181
Captação no Mercado Aberto	8.703.911	5.624.096
Outros [1]	5.887.418	1.529.659
Total	**29.128.587**	**17.563.408**

[1] Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

				2011	2010
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	**-**	**-**	**-**	**-**	**290.665**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**4.443.297**	**8.717.756**	**1.660.631**	**14.821.684**	**13.238.009**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	3.872.935	8.255.385	1.520.665	13.648.985	10.538.627
Outras Linhas de Crédito	570.362	462.371	139.966	1.172.699	2.699.382
Obrigações por Repasses do País	**1.120.753**	**3.068.999**	**6.031.862**	**10.221.614**	**11.841.711**
Obrigações por Repasses do Exterior	**547.094**	**367.704**	**161.827**	**1.076.625**	**1.071.858**
Total	**6.111.144**	**12.154.459**	**7.854.320**	**26.119.923**	**26.442.243**
Circulante				**18.265.603**	**14.616.727**
Longo Prazo				**7.854.320**	**11.825.516**

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2016 (2010 - até o ano de 2015) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,3% a.a. a 14,9% a.a. (2010 - 0,6% a.a. a 15,0% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros que variam entre 1,3% a.a. a 2,1% a.a. (2010 - 1,3% a.a. a 6,8% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (2010 - até o ano de 2014).

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2011	2010
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21.b)	7.766.647	6.523.044
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.h)	817.570	455.054
Provisão para Tributos Diferidos	1.403.690	1.491.768
Impostos e Contribuições a Pagar	328.955	634.632
Total	**10.316.862**	**9.104.498**
Circulante	**7.306.192**	**6.100.124**
Longo Prazo	**3.010.670**	**3.004.374**

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	1.037.424	-	(406.632)	630.792
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa [1]	306.613	339.443	-	646.056
Superveniência de Arrendamento Mercantil	145.557	-	(30.413)	115.144
Outros	2.174	9.524	-	11.698
Total	**1.491.768**	**348.967**	**(437.045)**	**1.403.690**

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Saldo em 31/12/2010
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	1.037.424	-	1.037.424
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa [1]	231.863	74.750	306.613
Superveniência de Arrendamento Mercantil	116.834	28.723	145.557
Outros	2.174	-	2.174
Total	**1.388.295**	**103.473**	**1.491.768**

[1] Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as Normas do Bacen, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível II, para apuração dos limites operacionais.

					2011	2010
	Emissão	Vencimento [1]	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R$1.500 milhões	105,0% CDI	2.801.102	2.495.990
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R$850 milhões	104,5% CDI	1.516.018	1.351.627
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	R$885 milhões	104,5% CDI	1.427.982	1.273.137
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	920.870	814.922
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	848.876	753.066
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	R$447 milhões	104,5% CDI	822.956	733.718
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-13	R$300 milhões	104,0% CDI	516.217	460.494
CDB Subordinado	agosto-07	agosto-13	R$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	482.026	430.041
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R$250 milhões	104,5% CDI	431.194	384.437
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R$283 milhões	CDI [2]	422.628	374.705
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R$268 milhões	IPCA [3]	431.919	372.952
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R$100 milhões	120,5% CDI	146.183	128.062
CDB Subordinado	fevereiro-08	fevereiro-13	R$85 milhões	IPCA +7,9%	140.373	121.954
Total (Longo Prazo)					**10.908.344**	**9.695.105**

[1] CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

[2] Indexado entre 109% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.

[3] Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Outras Obrigações - Diversas

	2011	2010
Obrigações com Cartões de Crédito	11.004.024	7.680.076
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21.b)	4.627.112	4.192.143
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 33)	1.246.040	1.185.689
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos [1]	336.068	634.352
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos- Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.h)	23.202	37.306
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.173.165	1.024.260
Despesas Administrativas	141.782	110.336
Outros Pagamentos	164.338	148.246
Credores por Recursos a Liberar	629.516	469.735
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	153.296	211.332
Obrigações por Convênios Oficiais	85.447	111.264
Fornecedores	234.515	160.291
Outras	1.628.088	1.493.536
Total	**21.446.593**	**17.458.566**
Circulante	**16.716.082**	**12.965.412**
Longo Prazo	**4.730.511**	**4.493.154**

[1] Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R$275.743 (2010 - R$578.325).

21. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	2011	2010
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	**7.766.647**	**6.523.044**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20)	**4.627.112**	**4.192.143**
Ações Trabalhistas	3.261.334	2.709.904
Ações Cíveis	1.365.778	1.482.239
Total	**12.393.759**	**10.715.187**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	2011			2010		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**6.523.044**	**2.709.904**	**1.482.239**	**5.003.557**	**3.005.466**	**1.541.632**
Constituição Líquida de Reversão [1] [2]	1.197.559	1.961.656	65.915	1.188.543	568.981	199.779
Atualização Monetária	610.375	266.379	129.433	372.276	249.211	128.674
Baixas por Pagamento	(15.175)	(1.664.563)	(322.988)	(40.581)	(1.149.974)	(387.895)
Outros [3]	(549.156)	(12.042)	11.179	(751)	36.220	49
Saldo Final	**7.766.647**	**3.261.334**	**1.365.778**	**6.523.044**	**2.709.904**	**1.482.239**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	818.304	822.798	125.772	933.467	863.565	110.730
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	24.366	60.697	4.708	22.692	48.450	62.257
Total dos Depósitos em Garantia [4]	**842.670**	**883.495**	**130.480**	**956.159**	**912.015**	**172.987**

[1] Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

[2] No quarto trimestre de 2011, foram constituídos, adicionalmente, R$648,7 milhões de provisão de processos trabalhistas, referente a iniciativa do Banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco Santander vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.

[3] Em 2011, referem-se, principalmente, a transferência para provisão para processos judiciais e administrativos - responsabilidade de ex-controladores (Nota 21.h).

[4] Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

PIS e Cofins - R$6.168.062 (2010 - R$4.574.541): o Banco Santander interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R$3.440 (2010 - R$185.067): refere-se aos processos judiciais ingressado pelo Banco Santander que questiona a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% - 30%) aplicada às instituições financeiras em comparação com empresas não financeiras (8% - 10%). Estes processos não foram objetos da Lei 11.941/2009.

Majoração de Alíquota da CSLL - R$419.548 (2010 - R$393.356): o Banco Santander distribuíu Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

ISS - Instituições Financeiras - R$312.604 (2010 - R$295.291): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R$271.569 (2010 - R$235.581): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis sendo:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. Ainda, no mês de outubro de 2011 o STJ decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$817.570, R$14.150 e R$9.052 (2010 - R$455.054, R$30.467 e R$ 6.839), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 20) de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM), atual Produban Serviços de Informática S.A. (Produban Informática) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), julgou os processos administrativos anulando o auto da Santander DTVM e mantendo o do Banco. Ambos processos administrativos aguardam julgamento final dos respectivos recursos junto à última instância do CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R$564 milhões.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - A Receita Federal lavrou autos de infração contra o Banco Santander, cujos objetos são a cobrança de crédito tributário relativo a IRPJ e CSLL, anos-base 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador do Grupo Bozano Simonsen, decorrentes de atos de gestão de sua responsabilidade, cujos pagamentos foram quitados pelas entidades do Conglomerado Santander. A autoridade fiscal entendeu que o valor depositado em favor das referidas entidades corresponde a "renda tributável" e não a reembolsos. Em dezembro de 2011 o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002 (R$438,7 milhões), anulando integralmente o auto de infração. Da decisão cabe recurso por parte da Autoridade junto à última instância do CARF. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R$644 milhões.

Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R$422 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R$335 milhões.

CSLL - Anterioridade - Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R$108 milhões.

CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela Receita Federal do Brasil, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela Receita Federal do Brasil. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R$170 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - refere-se a processos judiciais e administrativos, decorrentes de autuações fiscais, que visam cobrar contribuições previdenciárias sobre os pagamentos efetuados pelo Banco e empresas do Consolidado, a título de PLR. As Autoridades Fiscais concluíram que não foram atendidos os requisitos da lei. Contra essas cobranças foram interpostos os recursos cabíveis, pois a Administração entende que foram adotados todos os procedimentos previstos na legislação para caracterizar a natureza de pagamento da PLR. O valor envolvido é de aproximadamente R$273 milhões.

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco ingressou com os recursos cabíveis, cuja a admissibilidade do recurso ao STF já foi deferida. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	Em Milhares de Ações					
	2011			2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	16.000.704	16.052.894	32.053.598	38.084.679	36.130.149	74.214.828
De Domiciliados no Exterior	196.841.028	170.149.491	366.990.519	174.757.053	150.072.236	324.829.289
Total	**212.841.732**	**186.202.385**	**399.044.117**	**212.841.732**	**186.202.385**	**399.044.117**
(-) Ações em Tesouraria	(391.254)	(355.685)	(746.939)	-	-	-
Total em Circulação	**212.450.478**	**185.846.700**	**398.297.178**	**212.841.732**	**186.202.385**	**399.044.117**

A AGE de 27 de abril de 2010, aprovou o aumento de capital no valor de R$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

				2011
	Em Milhares de	Reais por Milhares de Ações/Units		
	Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio [1] [5] [9]	600.000	1,4366	1,5802	158,0216
Dividendos sobre Reserva de Equalização [2] [5]	273.840	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares [2] [5] [9]	476.160	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio [3] [5] [9]	550.000	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares [4] [5] [9]	100.000	0,2394	0,2634	26,3369
Juros sobre o Capital Próprio [6] [8] [9]	400.000	0,9592	1,0551	105,5127
Dividendos Intercalares [7] [8] [9]	775.000	1,8590	2,0449	204,4944
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2011	**3.175.000**			

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2011, ordinárias - R$1,2211, preferenciais - R$1,3432 e Units - R$134,3184, líquidos de impostos.

[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em maio de 2011.

[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2011, ordinárias - R$1,1193, preferenciais - R$1,2313 e Units - R$123,1252, líquidos de impostos.

[4] Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2011.

[5] O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intermediários/intercalares foram pagos em 29 de agosto de 2011.

[6] Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2011, ordinárias - R$0,8153, preferenciais - R$0,8969 e Units - R$89,6858, líquidos de impostos.

[7] Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2011.

[8] O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares serão pagos em data a ser oportunamente informada, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

[9] O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2011.

				2010
	Em Milhares de	Reais por Milhares de Ações/Units		
	Reais [9]	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio [1] [4]	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio [2] [4]	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares [3] [4]	500.000	1,1971	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio [5] [8]	530.000	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio [6] [8]	430.000	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares [7] [8]	1.280.000	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2010	**3.540.000**			

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R$0,8141, preferenciais - R$0,8955 e Units - R$89,5456 líquidos de impostos.

[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R$0,8141, preferenciais - R$0,8955 e Units - R$89,5456 líquidos de impostos.

[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010.

[4] O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010.

[5] Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2010, ordinárias - R$1,0786, preferenciais - R$1,1865 e Units - R$118,6479 líquidos de impostos.

[6] Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2010, ordinárias - R$0,8751, preferenciais - R$0,9626 e Units - R$96,2615 líquidos de impostos.

[7] Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2010.

[8] O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de fevereiro de 2011.

[9] O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referentes ao resultado do exercício de 2010.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander que permitia a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, válido até 9 de novembro de 2011. Entretanto, na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2011, foi deliberado o cancelamento deste Programa de Recompra e aprovado um novo Programa de Recompra de Units de emissão do Banco, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, válido até 24 de agosto de 2012.

O novo Programa de Recompra tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e (2) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas será utilizada pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 57.006.302 Units, representativas de 3.135.346.633 ações ordinárias e 2.850.315.121 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman.

Ainda no dia 9 de novembro de 2010, a BM&FBovespa autorizou a compra de ADRs pelo Santander Madrid ou suas afiliadas de até 3% do total de ações emitidas pelo Banco. Desta forma, somando a quantidade de Units/ADRs que poderão ser adquiridas pelo Banco e pelo Santander Madrid e suas afiliadas, o percentual de ações em circulação, que em 31 de julho de 2011 era de 18,63% e poderá ser reduzido até 14,13%. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Santander de atingir um free float de 25% até 7 de outubro de 2012 (prorrogável sob determinadas condições até 7 de outubro de 2014), previsto no Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 firmado com a BM&FBovespa.

Até 31 de dezembro de 2011, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 5.380.800 Units, no montante de R$79.547. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit é, respectivamente, R$14,10, R$14,78 e R$16,06. Foram também adquiridas e permaneciam em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante de R$33.221. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR é US$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2011 era de R$14,96 por Unit e US$8,14 por ADR.

Adicionalmente, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em um ganho de R$13, registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Efeitos da mudança de critério contábil referente aos ajustes decorrentes da adoção da Deliberação CVM 600/2009 produzindo efeitos para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 (Nota 3.k e Nota 35.c).

f) Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social. Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

23. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro [1]	
	2011	2010
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado [2]	48.327.405	44.883.986
Patrimônio de Referência Nível II	6.642.092	7.433.493
Patrimônio de Referência Ajustado (Nível I e II) [2]	**54.969.497**	**52.317.479**
Patrimônio de Referência Exigido	**30.431.244**	**26.019.647**
Parcela de Risco de Crédito Ajustada [2] [3]	26.952.907	23.480.589
Parcelas de Risco de Mercado [4]	1.757.599	1.077.100
Parcela de Risco Operacional	1.720.738	1.461.958
Índice de Basileia II	**19,9%**	**22,1%**

[1] Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

[2] Desconsidera o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A., conforme determinado pela regra internacional.

[3] Para a carteira de pessoas físicas, a Circular Bacen 3.515 de 3/12/2010, introduziu a ponderação de risco de 150% para operações de crédito acima de 24 meses, permitindo algumas exceções dado o tipo da operação, prazo e garantias relacionadas. Contudo, em 11 de novembro de 2011, o Bacen revogou a Circular 3.515 e publicou a Circular 3.563 que exige a aplicação da ponderação de 150% para as operações de financiamento de veículos, reduz a ponderação de risco para crédito consignados contratados até julho de 2011 de 150% para 75% ou 100% e eleva a ponderação de risco para 300% as operações de crédito consignado e crédito pessoal sem propósito específico com prazo acima de 60 meses, contratadas a partir de 14 de novembro de 2011.

[4] Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, de acordo com a Circular 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Assembleia Geral do Banco realizada em 26 de abril de 2011, aprovou a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2011, no montante de até R$283.540, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. Adicionalmente, foi aprovada a remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria para o período de 12 meses a contar de 24 de março de 2011, no montante de até R$3.960.

b) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

c) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	2011	2010
Remuneração Fixa	48.997	45.078
Remuneração Variável	180.221	162.732
Outras	11.818	8.659
Total [1]	**241.036**	**216.469**

[1] Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander, e em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

Adicionalmente, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$22.768 (2010 - R$23.547).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

f) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

					2011	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(em milhares de ações, exceto porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) [1]	72.876.994	34,2%	61.631.776	33,1%	134.508.770	33,7%
Sterrebeeck B.V. [1]	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Banco Santander, S.A. [1]	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) [1]	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.929.333	17,8%	35.984.611	19,3%	73.913.944	18,5%
Total	**212.841.732**	**100,0%**	**186.202.385**	**100,0%**	**399.044.117**	**100,0%**

					2010	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(em milhares de ações, exceto porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. [1]	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. [1]	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
SIH [1]	206.663	0,1%	-	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,8%	35.957.557	19,3%	73.857.384	18,5%
Total	**212.841.732**	**100,0%**	**186.202.385**	**100,0%**	**399.044.117**	**100,0%**

[1] Empresas do Grupo Santander Espanha.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Aditamento ao Form F-3 e Vendas de ADS pelo Grupo Santander

No dia 14 de novembro de 2011, o Banco Santander protocolou o pedido de registro de um aditamento número 2 ao Registration Statement no Formulário F-3, o qual tem validade automática, junto à Securities and Exchange Commission (SEC), para permitir a venda de ADS's ou Units do Banco Santander por empresas do Grupo Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	**228.821**	**-**	**315.932**	**-**
Banco Santander Espanha	227.724	-	315.203	-
Diversos	1.097	-	729	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**36.202.547**	**2.813.443**	**24.239.432**	**1.912.635**
Aymoré CFI	35.385.466	2.757.626	20.066.804	1.869.827
Banco Santander Espanha [1]	-	5.046	3.930.129	2.384
Diversos	817.081	50.771	242.499	40.424
Títulos e Valores Mobiliários	**32.995.982**	**3.432.176**	**29.563.806**	**2.624.597**
Santander Leasing	32.995.982	3.432.176	29.563.806	2.624.597
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(402.010)**	**(454.070)**	**(96.989)**	**(13.712)**
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux)	(308.821)	(38.238)	(118.521)	32.111
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana)	(94.573)	(342.975)	26.450	(86.572)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury)	(39.102)	(91.726)	(33.076)	14.737
Diversos	40.486	18.869	28.158	26.012
Dividendos e Bonificações a Receber [4]	**82.881**	**895.434**	**484.614**	**322.732**
Santander Seguros	-	89.590	248.505	140.891
Santander Leasing	-	479.302	44.508	-
Aymoré CFI	25.630	56.900	63.485	40.770
Santander Brasil Asset	-	7.960	1.769	9.651
Banco Bandepe	-	224.290	86.598	101.880
Sancap Investimentos e Participações S.A.	34.734	-	-	-
Diversos	22.517	37.392	39.749	29.540
Negociação e Intermediação de Valores	**359.726**	**5.088**	**294.000**	**-**
Santander Benelux	262.818	253	258.261	-
Abbey National Treasury	1.369	-	18.817	-
Banco Santander Espanha	95.539	4.835	16.922	-
Carteira de Câmbio - Líquida	**(61.915)**	**(97.549)**	**26.756**	**367**
Banco Santander Espanha	(61.915)	(97.549)	26.756	367
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**435.710**	**520.450**	**85.014**	**269.548**
Santander Seguros	299.422	129	68.844	38.513
Santander Capitalização	14.155	189.623	2.295	35.414
Aymoré CFI	-	210.163	-	107.885
Banco Santander Espanha	-	4.381	308	16.755
Santander Leasing	59.338	65.892	-	34.905
Diversos	62.795	50.262	13.567	36.076
Outros Créditos - Diversos	**88.770**	**701.369**	**161.908**	**69.811**
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign)	77.692	-	131.699	-
Banco Santander Espanha	5.402	18.632	26.745	57.227
Aviación Antares, A.I.E.	-	-	-	9.449
Zurich Santander Insurance América, S.L. (Zurich Santander)	-	661.122	-	-
Diversos	5.676	21.615	3.464	3.135
Depósitos	**(49.687.709)**	**(4.348.175)**	**(38.227.893)**	**(3.366.791)**
Santander Leasing	(35.775.475)	(3.262.494)	(25.065.375)	(2.160.130)
Aymoré CFI	(11.636.854)	(846.380)	(9.137.666)	(1.012.853)
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) [2]	-	(5.013)	(1.857.963)	(25.143)
Banco Bandepe	(2.063.340)	(208.966)	(1.415.654)	(125.674)
Diversos	(212.040)	(25.322)	(751.235)	(42.991)
Operações Compromissadas	**(3.244.688)**	**(316.709)**	**(2.666.808)**	**(116.044)**
Fundo de Investimento Santillana	(223.252)	(21.777)	(198.165)	(16.166)
SB Advisory	(48.401)	(5.946)	(55.694)	(5.257)
Webmotors S.A.	(45.798)	(4.920)	(42.071)	(3.240)
SB Consórcio	(169.135)	(15.972)	(135.170)	(10.887)
Isban Brasil S.A.	(110.240)	(6.369)	(89.162)	(8.656)
Produban Informática	(47.898)	(3.407)	(39.188)	(2.663)
Santander Fundo de Investimento Financial Renda Fixa	(1.158.102)	(120.483)	(1.038.101)	(38.226)
Santander Leasing	(1.000.136)	(109.369)	(1.000.000)	(16.841)
Diversos	(441.726)	(28.466)	(69.257)	(14.108)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**(1.367.964)**	**(173.015)**	**(2.246.024)**	**(153.476)**
Banco Santander Espanha [3]	(1.200.207)	(172.984)	(2.167.452)	(145.943)
Abbey National Beta Investments Limited (Abbey National Beta)	-	-	-	(7.415)
Diversos	(167.757)	(31)	(78.572)	(118)
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(911.619)**	**-**	**(1.704.884)**	**-**
Sterrebeeck B.V.	(520.615)	-	(976.922)	-
Grupo Empresarial Santander, S.L.	(379.617)	-	(726.925)	-
Diversos	(11.387)	-	(1.037)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(6.615)**	**(230.819)**	**(9.207)**	**(183.837)**
Produban Informática	-	(103.991)	-	(109.010)
Isban Brasil S.A.	-	(54.101)	(228)	(50.320)
Microcrédito	(3.088)	(28.004)	(2.258)	(20.961)
Banco Santander Espanha	(2.813)	(152)	(6.044)	(485)
Diversos	(714)	(44.571)	(677)	(3.061)
Outras Obrigações - Diversas	**(2.161.292)**	**(148.290)**	**(1.708.023)**	**(75.885)**
Banco Santander Espanha	(1.054)	(36.906)	-	41.209
Brazil Foreign	(2.152.543)	(53.013)	(1.708.023)	(48.879)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería)	-	(12.959)	-	(19.722)
Zurich Santander	-	(12.151)	-	-
Diversos	(7.695)	(33.261)	-	(48.493)

[1] Em 2010, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações "overnight") com vencimento em janeiro de 2011 e juros de 0,22% a.a.
[2] Em 2010, refere-se à captação de recursos através de depósitos a prazo ("Time Deposits") com vencimento em 28 de fevereiro de 2011 e juros de 1,76% a.a.
[3] Em 2011, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R$1.200.207 com vencimento até janeiro de 2015 e juros entre 0,39% e 5,82% (2010 - R$1.995.608, com juros entre 0,25% e 7,89% a.a.).
[4] Em 2011 foram destacados dividendos no montante de R$2.803.063 (2010 - R$429.563).

25. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2011	2010
Receitas de Prestação de Serviços	**5.917.138**	**5.118.165**
Operações de Crédito	92.328	182.439
Comissões de Seguros	1.491.274	977.520
Administração de Fundos	1.081.317	971.671
Cartões de Crédito	1.521.602	1.290.598
Serviços de Conta Corrente	237.576	305.103
Serviços de Corretagens e Colocação de Títulos	159.844	156.589
Serviços de Recebimentos		
Cobrança	373.373	401.645
Convênios e Arrecadações	150.447	107.450
Garantias Prestadas	232.696	248.187
Outras	576.681	476.963
Rendas de Tarifas Bancárias	**2.086.410**	**1.769.354**
Conta Corrente e Pacote de Tarifas	1.328.283	1.312.073
Operações de Crédito	476.358	455.131
Outras [1]	281.769	2.150
Total	**8.003.548**	**6.887.519**

[1] Inclui tarifas de cartão de crédito, corretagem e avaliação/substituição de bens.

26. Despesas de Pessoal

	2011	2010
Remuneração	2.985.762	2.714.527
Encargos	1.221.007	1.126.878
Benefícios	895.788	846.453
Treinamento	115.089	92.391
Outras	15.755	4.265
Total	**5.233.401**	**4.784.514**

27. Outras Despesas Administrativas

	2011	2010
Depreciações e Amortizações [1]	4.423.590	4.203.274
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.773.851	1.655.221
Comunicações	595.562	562.788
Processamento de Dados	1.149.164	979.209
Propaganda, Promoções e Publicidade	366.966	335.339
Aluguéis	539.100	456.336
Transportes e Viagens [2]	170.667	159.727
Serviços do Sistema Financeiro	220.100	201.197
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores [2]	520.747	508.314
Manutenção e Conservação de Bens	180.420	175.608
Água, Energia e Gás	161.121	143.708
Material	120.435	97.823
Outras	234.981	260.866
Total	**10.456.704**	**9.739.410**

[1] Inclui amortização de ágio no valor de R$3.103.501 em 2011 (2010 - R$3.135.319), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).
[2] Foi efetuada a reclassificação das despesas de transportes de numerários e malotes, de 2010, para a linha de serviços de vigilância e transporte de valores para uma melhor apresentação.

28. Despesas Tributárias

	2011	2010
Despesa com Cofins	1.236.767	1.175.417
Despesa com ISS	329.327	313.488
Despesa com PIS/Pasep	199.625	191.005
Outras	610.547	404.371
Total	**2.376.266**	**2.084.281**

29. Outras Receitas Operacionais

	2011	2010
Atualização de Depósitos Judiciais	350.574	298.158
Recuperação de Encargos e Despesas	639.543	429.786
Reversão de Provisões Operacionais	68.991	439.863
Variação Monetária Ativa	2.025	13.663
Dividendos e Bonificações	901.464	338.090
Avaliação do Valor Recuperável	-	3.213
Outras	285.267	148.925
Total	**2.247.864**	**1.671.698**

30. Outras Despesas Operacionais

	2011	2010
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 21.c)	99.894	103.139
Trabalhistas (Nota 21.c)	1.961.656	568.981
Cíveis (Nota 21.c)	65.915	199.779
Outras	757.515	631.280
Despesas com Cartão de Crédito	914.873	487.378
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 33.a)	168.845	178.235
Variação Monetária Passiva	36.031	32.848
Despesas Judiciais e Custas	105.470	68.567
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	61.078	48.841
Avaliação do Valor Recuperável	4.744	-
Corretagens e Emolumentos	45.279	36.938
Comissões	67.783	39.061
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Concedido	10.093	11.862
Outras	1.121.667	733.126
Total	**5.420.843**	**3.140.035**

31. Resultado não Operacional

	2011	2010
Resultado de Investimentos [1]	711.015	177.804
Resultado na Alienação de Valores e Bens	5.435	176.005
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	11.538	23.620
Despesas com Bens não de Uso	(15.696)	(28.504)
Ganhos (Perdas) de Capital	15.472	9.552
Outras Receitas (Despesas)	124.967	42.422
Total	**852.731**	**400.899**

[1] Inclui R$648.783 referente ao ganho na venda da Santander Seguros (Nota 36).

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2011	2010
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**3.007.349**	**5.012.516**
Participações no Lucro	(1.168.350)	(1.073.181)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.550.000)	(1.760.000)
Resultado antes dos Impostos	**288.999**	**2.179.335**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	**(115.600)**	**(871.734)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	593.403	725.651
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(38.469)	39.688
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	767.921	(196.941)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	485.293	133.085
Demais Ajustes, incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	39.200	87.599
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.731.748**	**(82.652)**

33. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22/05/1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22/05/1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de beneficio, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): em julho de 2009, após aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), as reservas individuais dos planos de complementação de aposentadoria e de pensão, na forma de benefício definido e contribuição variável, sob responsabilidade da Fasass foi transferida à sociedade de previdência privada complementar não integrante do Conglomerado Santander. Essa operação teve como objetivo oferecer aos participantes assistidos e beneficiários a opção de receber um benefício equivalente ao que fazem jus por meio de PGBLs, tendo em vista a retirada do patrocínio por parte do Banco aprovada pela SPC em 27 de fevereiro de 2009. Para os participantes que aderiram aos novos planos PGBLs, o Banco Santander efetuou transferência de R$26.963, com a finalidade de compor a reserva matemática de benefícios concedidos.

Previban - Previdência Privada Paraiban (Previban): em março de 2009, foi concluído o processo de retirada de patrocínio da Previban, com a liquidação de R$213 das obrigações atuariais.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2011			
	Banesprev	Sanprev Planos I e II	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	14.925.995	78.403	360.679	1.025.142
Valor Justo dos Ativos do Plano	(13.234.324)	(154.104)	(2.853)	(1.289.427)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(1.305.475)	-	(152.770)	-
Ganhos Atuariais	124.782	19.411	-	113.115
Valor não Reconhecido como Ativo	170.373	44.159	-	150.167
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	**(12.131)**	-	**(1.003)**
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	**681.351**	**-**	**205.056**	**-**
Contribuições Efetuadas	99.096	-	39.596	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(127.240)	12.131	(54.739)	1.003
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.331.215	15.271	-	115.500

	2010			
	Banesprev	Sanprev Planos I e II	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	13.698.562	76.656	331.996	948.720
Valor Justo dos Ativos do Plano	(12.792.550)	(147.714)	(2.491)	(1.247.908)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(867.314)	-	(139.384)	-
Ganhos Atuariais	454.616	21.219	-	113.177
Valor não Reconhecido como Ativo	159.176	49.839	-	186.011
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	**652.490**	**-**	**190.121**	**-**
Contribuições Efetuadas	107.631	-	38.200	-
Despesas Reconhecidas	(127.580)	-	(50.655)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.938.737	15.441	-	92.475

Os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida foram de R$54.748 (2010 - R$48.363).

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial:
- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 10,4% (2010 - 10,7%).

Taxa de Rendimento Nominal Esperada sobre Ativos do Plano:
- Banesprev - Plano I - 10,9% (2010 - 11,3%).
- Banesprev - Plano II - 12,4% (2010 - 11,1%).
- Banesprev - Plano III - 12,4% (2010 - 11,3%).
- Banesprev - Plano IV - 10,7% (2010 - 12,2%).
- Banesprev - Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão - 10,7% (2010 -11,4%).
- Banesprev - Plano V - 10,7% (2010 - 11,0%).
- Sanprev - 10,6% (2010 - 11,1%).
- Bandeprev - 10,5% (2010 - 11,0%).
- SantanderPrevi - 10,7% (2010 - 10,8%).
- Outros Planos: nulo - o plano não possui ativos.

Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo:
- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,4% (2010 - 4,4%).

Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários:
- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 4,9% (2010 - 4,9%).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrev: plano de assistência médica aos aposentados da SantanderPrevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco Santander, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco Bandepe e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do extinto Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A. por período igual ou superior a 10 anos (massa fechada).

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Segurado e em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Santander subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

Clínica Grátis: plano de assistência médica "clinica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	2011		2010	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	4.751.376	419.544	3.928.315	342.329
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.416.650)	(119.246)	(4.018.263)	(108.799)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	-	(56.919)	-	(10.099)
Ganhos Atuariais	-	38.256	-	29.591
Valor não Reconhecido como Ativo	(408.344)	77.998	89.948	90.055
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	**(73.618)**	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	**-**	**359.633**	**-**	**343.077**
Contribuições Efetuadas	41.096	31.043	38.627	15.168
Receitas (Despesas) Reconhecidas	7.042	(35.038)	(39.015)	(56.356)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	403.297	10.635	569.999	6.637

c) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

c.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a Assembleia Geral Extraordinária, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Plano SOP, PI12 - PSP PI13 - PSP (1)	SOP 2014 (2)
Retorno Total ao Acionista (RTA)	% de Ações Passíveis de Exercício	
1º	50%	100%
2º	35%	75%
3º	25%	50%
4º	0%	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,58%	60,93%
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%

	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 Anos	2,72 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	53,43%	60,93%
Valor Justo das Opções de Ações	R$5,81	R$7,19

O preço médio das ações SAB11 no final do exercício é de R$14,96 (2010 - R$21,90).

Em 31 de dezembro de 2011, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R$12.721 (2010 - R$20.145), referentes ao plano SOP e R$15.200 (2010 - R$6.191), referentes ao plano PSP. Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R$5.354 como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida de outras obrigações.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	-					
Opções Concedidas (Plano SOP)	15.500.000	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Opções Concedidas (Plano PSP)	1.471.475	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Opções Canceladas (Plano SOP)	(2.877.141)	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Opções Canceladas (Plano PSP)	(179.802)	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	**13.914.532**					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(106.718)	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	40.479	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Opções Concedidas (PI13 - PSP)	1.498.700	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(130.493)	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	14.450.000	-	2011	Executivos	26/out/2011	31/dez/2013
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	**29.666.500**					
Plano SOP	12.663.338	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
PI12 - PSP	1.184.955	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
PI13 - PSP	1.368.207	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
SOP 2014	14.450.000	-	2011	Executivos	26/out/2011	31/dez/2013
Total	**29.666.500**					

c.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros Sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	**4.009.594**				
Opções Exercidas (PI10)	(1.161.014)	2007	Executivos	23/jun/2007	31/jul/2010
Opções Canceladas (PI10)	(82.341)	2007	Executivos	23/jun/2007	31/jul/2010
Opções Concedidas (PI12)	86.198	2009	Executivos	19/jun/2009	31/jul/2012
Opções Concedidas (PI13)	597.811	2010	Executivos	01/jul/2010	31/jul/2013
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	**3.450.248**				
Opções Exercidas (PI11)	(1.783.945)	2008	Executivos	21/jun/2008	31/jul/2011
Opções Canceladas (PI11)	(527.286)	2008	Executivos	21/jun/2008	31/jul/2011
Opções Concedidas (PI14)	531.684	2011	Executivos	01/jul/2011	31/jul/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	**1.670.701**				
Plano I12	541.206	2009	Executivos	19/jun/2009	31/jul/2012
Plano I13	597.811	2010	Executivos	01/jul/2010	31/jul/2013
Plano I14	531.684	2011	Executivos	01/jul/2011	31/jul/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	**1.670.701**				

Em 2011, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R$9.705 (2010 - R$13.787), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

c.3) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de Fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 31 de dezembro de 2011, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R$55.519, referente a provisão do Bônus Referenciado em Ações e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R$14.042 como despesas de pessoal.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual será objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 03 programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações.

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será 100% em Units "SANB11".

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será 100% em dinheiro, indexado a 120% do CDI.

34. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander opera de acordo com políticas de riscos do Grupo Santander Espanha, alinhado aos objetivos locais e globais, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, o Conglomerado Santander está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.
- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos do Banco Santander, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.
- Risco socioambiental: o gerenciamento de risco para o segmento de Atacado é realizado através de sistema de gestão dos clientes que possuem limites de crédito em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química que monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e um time de analistas financeiros estuda o potencial de danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A atividade de análise foca em preservar o capital e reputação no mercado, através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco), VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Grupo Santander Espanha;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;
- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos.
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

A função de riscos de crédito é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupados por semelhança.

Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes:

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido. O cliente está carteirizado em um analista de riscos que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente.
- Clientes com gestão estandarizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados, no mínimo, anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negocio. Para este fim, a gestão de capital, RORAC e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento.

O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimado pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Santander.

a) Modelos de Rating

O Banco Santander usa modelos próprios de rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco. No Banco Santander, os ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente, além do cumprimento das obrigações financeiras nos termos acordados. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito, e a verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

Portanto, as classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A regularidade dessas novas avaliações é elevada para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apóiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido principalmente pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são apresentados a Administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Banco Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente.

Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas no Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas.

(i) Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
(ii) Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
(iii) Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

O processo que identifica o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. Ele é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação em função do capital econômico alocado.

Para os demais grupos de empresas, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado, em valores nominais máximos de crédito, por cada prazo.

Para os riscos de clientes estandarizados, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos.

Este grupo de clientes possui um tratamento em Riscos o mais automatizado possível. O cálculo/aprovação dos limites está baseado nos modelos de scoring e comportamentais.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada numa periodicidade preestabelecida ou cada vez que surge um novo cliente ou uma nova operação. Além disso, também é analisado o rating sempre que o sistema de alerta é acionado ou ocorre um evento que afeta a contraparte/operação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito. Esta área é formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi criado um sistema denominado FEVE (Firmas sob Vigilância Especial) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, afiançar, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar um acompanhamento mais próximo com o intuito de tomar medidas oportunas para correção e prevenção, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da ação. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático. O rating atribuído é revisado pelo menos uma vez ao ano.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco Santander ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permite a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

A gestão do capital considera os requisitos regulatórios e fatores econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating, e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através de emissões de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos. O surgimento de modelos de capital econômico, tem como objetivo tratar problemas fundamentais do capital regulamentar, além de modelos essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação do capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade de pagamento dos clientes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes de menor probabilidade de recuperação recebam ações mais tempestivas e intensas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com estes clientes. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com as análises que mostram a maior eficiência na recuperação. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências, são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes.

Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

h) Outras Informações

(i) O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

35. Informações Complementares - Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do Consolidado

De acordo com a Instrução CVM 485/2010, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS (2), nos períodos apresentados a seguir:

	Nota	2011	2010
Patrimônio Líquido Atribuído à Controladora em BRGAAP (1)		**65.578.565**	**64.850.978**
Ajustes de IFRS, Líquidos de Impostos, quando Aplicável:			
Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	d	13.840	(251)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda	a	303.686	558.032
Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	b	1.128.106	220.590
Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva	e	545.763	300.000
Reversão da Amortização do Ágio	f	9.786.227	6.682.775
Realização dos Ajustes do Preço de Compra	g	708.533	639.520
Pagamento Baseado em Ações	h	34.132	20.976
Outros		(85.820)	82.698
Patrimônio Líquido Atribuível à Controladora em IFRS		**78.013.032**	**73.355.318**
Participações Não-Controladoras em IFRS		18.960	8.076
Patrimônio Líquido (Incluindo Participações Não-Controladoras) em IFRS		**78.031.992**	**73.363.394**

	Nota	2011	2010
Lucro Líquido Atribuído à Controladora em BRGAAP (1)		**3.557.203**	**3.863.298**
Ajustes de IFRS, Líquidos de Impostos, quando Aplicável:			
Taxa de Desconto de Planos de Previdência Privada	c	-	(1.082)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	d	18.918	(17.887)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda	a	18.402	(16.300)
Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	b	907.516	219.630
Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva	e	245.763	82.795
Reversão da Amortização do Ágio	f	3.103.452	3.241.146
Realização dos Ajustes do Preço de Compra	g	69.013	(87.581)
Outros		(172.342)	98.074
Lucro Líquido Atribuído à Controladora em IFRS		**7.747.925**	**7.382.093**
Participações Não-Controladoras em IFRS		7.928	481
Lucro Líquido (Incluindo Participações Não-Controladoras) em IFRS		**7.755.853**	**7.382.574**

(1) Critério contábil adotado pelo Bacen e CVM.
(2) "International Financial Reporting Standards".

a) Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas", dentro do escopo

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva
Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.
f) Reversão da Amortização do Ágio
Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco ABN Amro Real S.A. representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12, relativo às diferenças temporárias.
g) Realização dos Ajustes do Preço de Compra
Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios", o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:
- Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal,o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

h) Pagamento Baseado em Ações
O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 "Pagamento Baseado em Ações", o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BRGAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas".

36. Reestruturação Societária
a) Venda da Santander Seguros
Com base na aprovação prévia emitida pela Susep no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação") da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral Santander Seguros para (i) Zurich Santander Insurance America, S.L., sociedade holding com sede na Espanha (Zurich Santander Insurance) detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander Insurance (Inversiones ZS).
Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander Insurance, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Banco Santander à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R$2.741.102. O lucro reconhecido nesta operação foi de R$648.783, registrado na rubrica resultado não operacional na linha de resultado de investimentos.
O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.
A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander Insurance, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.
Como parte da Operação, o Banco distribuirá exclusivamente os produtos de seguros nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada.
A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.
A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da Susep.
b) Cisão Parcial da Santander Seguros com Versão da Parcela Cindida para Constituição da Sancap
No contexto da operação de venda da Santander Seguros, na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio para constituição de uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização (Nota 14).
O processo de Cisão Parcial da Santander Seguros com a consequente constituição da Sancap foi aprovada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

37. Outras Informações
a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$23.258.539 (2010 - R$22.563.112).
b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R$113.021.778 (2010 - R$111.338.357) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R$122.717.246 (2010 - R$120.903.629) registrados em contas de compensação.
c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2011, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R$1.232.937 (2010 - R$1.349.209) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R$157.650 (2010 - R$204.423), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	41.681	10.442	21.453	3.848
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(41.681)	(10.442)	(21.453)	(3.844)
Resultado Líquido		-		4

Inexistem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.
e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possua essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.
f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2011 é de R$2.019.005, sendo R$602.554 em até 1 ano, R$1.361.285 entre 1 a 5 anos e R$55.166 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$2.273 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa foram no valor de R$633.342 (2010 - R$455.326).
Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme clausulas contratuais e legislação em vigor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Celso Clemente Giacometti

VICE-PRESIDENTE
Marcial Angel Portela Alvarez

CONSELHEIROS
José Antonio Alvarez Alvarez
José Manuel Tejon Borrajo
José de Paiva Ferreira
José de Menezes Berenguer Neto

CONSELHEIROS INDEPENDENTES
José Roberto Mendonça de Barros
Viviane Senna Lalli

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Marcial Angel Portela Alvarez

Diretor Vice-Presidente Executivo Senior
José de Menezes Berenguer Neto

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Angel Oscar Agallano
Carlos Alberto López Galán
Fernando Byington Egydio Martins
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Lilian Maria Ferezim Guimarães
Luís Felix Cardamone Neto
Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodriguez Herrero
Pedro Carlos Araújo Coutinho

Diretores Executivos

José Roberto Machado Filho
Luciane Ribeiro
Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva
José Alberto Zamorano Hernandez

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia
André Fernandes Berenguer
Antonio Pardo de Santayana Montes
Cassio Schimitt
Cassius Schymura
Clovis Hideaki Ikeda
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gilson Finkelsztain
Jamil Habibe Hannouche
Luis Alberto Citon
Luis Carlos Guimarães de Carvalho Morais *
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Malanga
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Marco André Ferreira da Silva
Marcos Adriano Ferreira Zoni
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
Mauro Siequeroli
Miguel Angel Albero Ocerin
Nilo Sérgio Silveira Carvalho
Ramon Camino Puig Carbo*
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sérgio Augusto Costantini
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães
Wilson Luiz Matar

* Posse pendente de obtenção de visto permanente.

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de janeiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, para as sociedades seguradoras e de capitalização.
Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Administração, das auditorias, interna e independente, dos diretores e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.
O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 18 de março e 31 de maio de 2011. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).
O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, leituras e outros procedimentos necessários. Reuniu-se, formalmente, em oitenta e uma ocasiões durante o ano de 2011. No segundo semestre de 2011 e em janeiro de 2012, foram quarenta reuniões, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são regularmente enviadas para o Conselho de Administração.
Em adição ao acima, o Comitê de Auditoria se reuniu com o Conselho de Administração em 25 de julho de 2011, bem como em função da Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, acompanhou as transações aprovadas no primeiro semestre de 2011.
Adicionalmente, a Coordenadora participa como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de *Compliance* e Controles Internos - Asset Management e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria também acompanha os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.
No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Demonstrações Financeiras
BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedades seguradoras e de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, acompanhou os fechamentos do terceiro trimestre e do segundo semestre de 2011, previamente às divulgações, e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse). No período, o Santander também divulgou as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme o IFRS para atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.786. No período, o Comitê de Auditoria também efetuou treinamento específico sobre as alterações normativas das IFRS e impactos esperados para o Conglomerado.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais
O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais, principal instância responsável pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra-estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. O Comitê de Auditoria também acompanhou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Auditoria Interna
No que se refere aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, três vezes e, em diversas outras ocasiões, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2011, e acompanhou os trabalhos executados no primeiro semestre, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

Auditoria Independente
Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do parecer de auditoria ou revisões limitadas trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, em seis ocasiões. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do terceiro trimestre e do segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2011, práticas contábeis, deficiências, comentários e recomendações relatadas no relatório sobre controles internos e a realização de uma reunião com a presença dos profissionais da Deloitte da Espanha especializados em IFRS. O Comitê de Auditoria analisou ainda as propostas apresentadas pela Deloitte, para realização de outros serviços que não aqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

Ouvidoria
Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no segundo semestre de 2011, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Bacen será apreciado em reunião agendada para 16 de fevereiro de 2012.

Outras Atividades
Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com Riscos Operacionais sobre os resultados do processo de Integração Tecnológica, com destaque para o impacto nos processos de segurança nos canais; (ii) para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com *Compliance*, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas; (v) com Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basiléia e Relações com Investidores; (vi) com a Diretoria da Asset Management, objetivando uma visão global da área; e (vii) com a Diretoria Executiva de Risco de Credito e Insolvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento.

Conclusão
Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander e, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria
São Paulo, 30 de janeiro de 2012

Celso Clemente Giacometti
René Luiz Grande
Maria Elena Cardoso Figueira - Coordenadora e Especialista Financeira
Sérgio Darcy da Silva Alves